

**ENTREGA DO PROCESSO DE GOVERNAÇÃO**

**DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**2007-2012**

**Índice**

**Pág.**

**Nota Prévia de S.E. a Ministra da Justiça 03**

1. **Introdução 05**
2. **Desenvolvimento Institucional 06**

**2.1. O Plano Estratégico do Sector da Justiça 06**

**2.2. Principais realizações no âmbito do Ministério da Justiça 08**

**2.3. Reforço das Instituições Judiciárias: Tribunais, Ministério Público,**

**Defensoria Pública e Advocacia privada 13**

**2.4. A implementação de uma Polícia de Investigação Criminal**

**em Timor-Leste 15**

**2.5. A criação da Câmara de Contas de Timor-Leste 17**

1. **Reforma e Quadro Legal 19**
2. **Desenvolvimento de Recursos Humanos 25**
3. **Infra-estruturas e tecnologias de informação 35**
4. **Acesso à Justiça 43**
   1. **Acesso à Justiça. O papel da Defensoria Pública. 43**
   2. **Promoção dos Direitos Humanos e deCidadania 44**
   3. **Reforço dos Direitos de Propriedade 50**
5. **Financiamento do Sector 54**
6. **Cooperação Internacional 57**
7. **Conclusão 60**

**Nota Prévia de S. E. a Ministra da Justiça**

O presente documento tem como objectivo dar a conhecer aos Timorenses, à comunidade internacional

e ao próximo Governo Constitucional, as actividades desenvolvidas no Ministério da Justiça, durante o meu mandato enquanto Ministra da Justiça que se iniciou no dia 8 de Agosto de 2007.

Nestes quase cinco anos, foram muitas as mudanças feitas no Sector da Justiça que transformaram completamente o panorama encontrado no ano de 2007, em que as instituições do Estado se ressentiam

da crise de 2006.

O ano de 2007 foi assim um ano de renascimento e que marcou indelevelmente o Sector da Justiça. Com a energia trazida pelo novo Governo, este foi um período de recuperação, de reorientação e, acima de tudo, tempo de fazer!

Através do Programa de Governo, e mais tarde do Plano Estratégico do Sector da Justiça, foi traçado um rumo muito concreto em relação às diversas áreas do Sector. Definiram-se estratégias de crescimento sustentado na formação de recursos humanos, na reabilitação das infra-estruturas e no reforço do quadro legal, tudo isto tendente a um melhor e mais abrangente acesso à justiça por parte das populações, nomeadamente daquelas mais carenciadas.

Como Ministra da Justiça, esta foi sempre uma preocupação presente: aqueles que menos têm e que dependem de um sector de justiça mais forte que os proteja e dê resposta aos seus problemas quotidianos, de natureza judicial ou de natureza não judicial, procurando ir ao encontro das suas necessidades, quer através do apoio às instituições judiciárias visando melhorar o seu funcionamento, quer através dos serviços que o Ministério da Justiça presta ao cidadão, nomeadamente nas áreas dos registos e notariado e de terras e propriedades.

Cerca de cinco anos volvidos, orgulho-me do trabalho desenvolvido, o qual se traduz nos milhares de cidadãos que utilizaram os serviços do Ministério da Justiça ou por ele coordenados. Sinto também orgulho nas centenas de homens e mulheres que contribuíram com o seu trabalho e esforço para as concretizações que se seguem descritas de forma sumária nas páginas seguintes.

Uma palavra final a todos aqueles que em mim depositaram a sua confiança: espero não os ter desiludido.

Díli, 20 de Abril de 2012

Lúcia Lobato

**1. Introdução**

Com a tomada de posse do IV Governo Constitucional, o sector da Justiça tornou-se numa das prioridades nacionais. Quer o poder político, quer a comunidade internacional reconheceram tratar-se de um sector crucial para assegurar os princípios do Estado de Direito Democrático e a estabilidade e desenvolvimento do país. Assim, foi possível alocar recursos e congregar esforços para se implementar uma política de justiça norteada pelos objectivos de reforçar o sistema legal de Timor-Leste, aumentar a capacidade das instituições do sector para cumprirem os seus mandatos, e melhorar o acesso à justiça dos cidadãos em geral e dos mais desfavorecidos em particular.

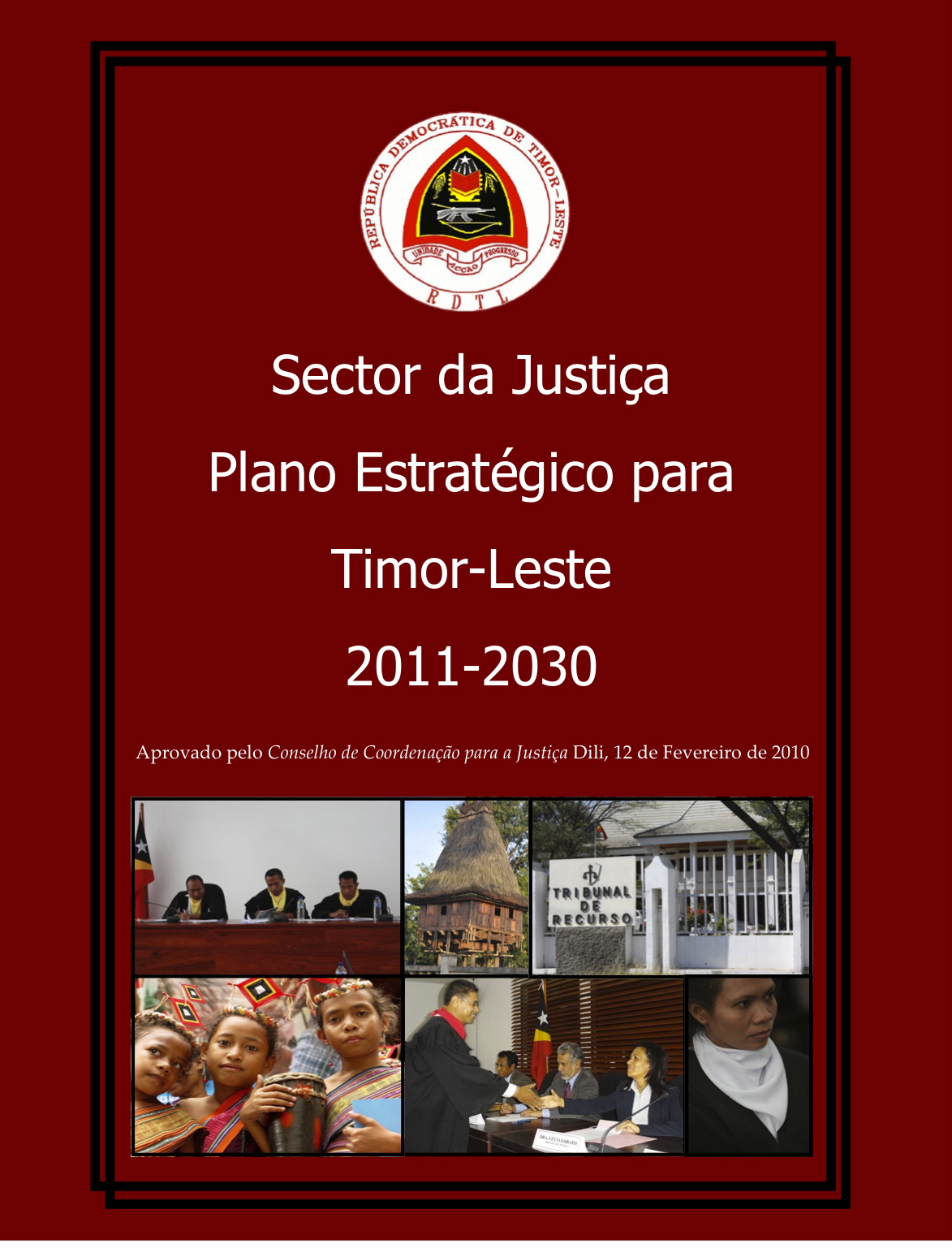
O presente relatório visa, assim, apresentar as principais realizações ocorridas no Sector da Justiça e, em particular, no Ministério da Justiça, no período correspondente ao mandato do IV Governo Constitucional.

Como forma de sistematização, seguem-se as cinco áreas prioritárias identificadas no Plano Estratégico para o Sector da Justiça: Desenvolvimento Institucional; Reforma e Quadro Legal; Desenvolvimento de Recursos Humanos; Infra-estruturas e Tecnologia de Informação; Acesso à Justiça. Complementarmente, apresenta-se um resumo do financiamento do sector, assegurado quer pelo orçamento nacional, quer através do apoio dos parceiros de Cooperação.

O documento que ora se apresenta, não obstante a sua extensão, é, ainda assim, um relatório sumário e não dispensa a consulta dos relatórios detalhados das diversas Direcções Nacionais, organismos sob tutela do Ministério da Justiça, Tribunais e Procuradoria-Geral da República.

**2. Desenvolvimento Institucional**

**2.1. O Plano Estratégico do Sector da Justiça**

A tomada de posse do IV Governo Constitucional, cujo mandato se iniciou em Agosto de 2007, foi feita na sequência da crise de 2006, que veio causar grande impacto num muito recém criado Estado de Direito Democrático, expondo as suas debilidades e enfraquecendo as ainda recém criadas instituições.

Como forma de relançar as bases do sector, em 2007-2008 realizou-se o primeiro exercício interno de planeamento no âmbito do Ministério da Justiça, compilado no documento Quadro Estratégico de Referência (QER) para o Sector da Justiça, que definiu os programas de acção prioritários a desenvolver durante o mandato do actual Governo, e que serviu de base à elaboração dos planos anuais de acção tanto das direcções nacionais, como do Ministério da Justiça.

Posteriormente, mediante iniciativa da Ministra da Justiça e sob a égide do Conselho de Coordenação para a Justiça, deu-se início ao processo de elaboração do Plano Estratégico para o Sector da Justiça, o qual define uma visão comum para o sector, partilhada pelas principais instituições da Justiça, e concerta estratégias de acção tendo em vista promover uma melhoria efectiva do acesso à justiça e o fortalecimento do sistema judicial de Timor-Leste. Foram realizados vários *workshops*, nos quais participaram membros do Governo, representantes da comunidade internacional e da sociedade civil, dirigentes e funcionários das principais instituições do sector.

O Plano Estratégico para o sector da Justiça foi aprovado em 12 de Fevereiro pelo Conselho de Coordenação da Justiça e em 31 de Março de 2010 pelo Conselho de Ministros[[1]](#footnote-2). Um dos mecanismos de consulta de acesso à justiça aí previsto é o *Fórum de Diálogo sobre a Justiça*, que reúne representantes das instituições públicas nacionais, sociedade civil e comunidade internacional. Está ainda previsto o Secretariado de Planeamento como estrutura de apoio do Conselho de Coordenação da Justiça, tendo em vista facilitar a implementação e monitorização do Plano Estratégico, que se encontra já em funcionamento.

O Plano Estratégico para o Sector da Justiça estabelece a visão, missão e valores da justiça e identifica as principais metas a alcançar no curto, médio e longo prazo, agrupadas em cinco áreas temáticas.

**Visão**

*Acesso à Justiça por todas as Pessoas, com base no respeito pelos Direitos Humanos e pelo Estado de Direito*

**Missão**

*Administrar a Justiça de uma forma eficaz, eficiente, acessível e que mereça a confiança dos cidadãos.*

O Plano Estratégico para o Sector da Justiça constitui, assim, um documento de referência no âmbito do Ministério e do Sector da Justiça, definindo as metas e estratégias de implementação da política da justiça, bem como os objectivos e actividades principais a prosseguir e respectivos indicadores de desempenho. O Plano encontra-se em franca implementação, tendo-se já materializado em diversas iniciativas legislativas, no desenvolvimento das instituições da justiça e na criação de infra-estruturas físicas e informáticas, bem como no recrutamento e capacitação dos recursos humanos nacionais afectos ao sector.

**Área temática 1 - Desenvolvimento Institucional**

*Consolidar a administração da justiça, melhorando a capacidade das instituições e a coordenação entre elas.*

**Área temática 3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos**

*Desenvolver as capacidades e competências dos profissionais do sector da justiça, incluindo dotar as instituições dos recursos humanos necessários e suficientes para prosseguirem os seus mandatos, dar resposta às necessidades de formação e assegurar a avaliação de desempenho.*

**Área temática 2 - Reforma e Quadro Legal**

*Consolidar e harmonizar o quadro legal do sistema de Justiça e do Direito.*

**Área temática 5 - Acesso à Justiça**

*Aproximar a justiça das pessoas, proporcionando-lhes o acesso à justiça, em particular nos distritos, incluindo o aumento do conhecimento da população sobre as leis e direitos e sobre os serviços de justiça disponíveis, e assegurar a interacção entre os sistemas de justiça formal e informal.*

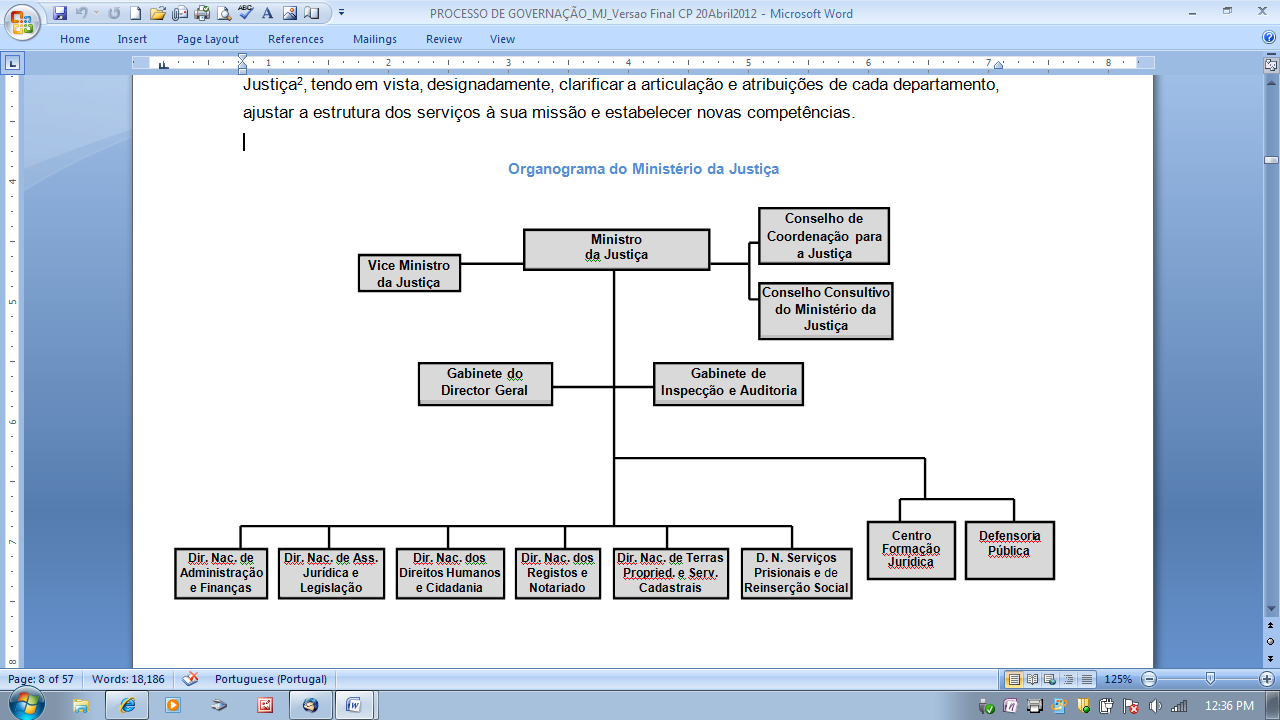
**Área temática 4 - Infra-estruturas e Tecnologias de Informação**

*Estabelecer as infra-estruturas necessárias para as instituições de justiça em todo o país, designadamente edíficios, residências, transporte, comunicação e TIC.*

**2.2. Principais realizações no âmbito do Ministério da Justiça**

O Ministério da Justiça é o organismo do Estado responsável pela concepção, implementação e coordenação da política definida e aprovada pelo Parlamento Nacional e pelo Conselho de Ministros, para as áreas da Justiça e do Direito. No âmbito das suas atribuições, assegura as relações do Governo com os Tribunais, o Ministério Público, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Superior da Defensoria Pública, bem como com os demais agentes da área da Justiça e do Direito, designadamente com a entidade representativa dos Advogados, a Associação de Advogados de Timor-Leste (AATL).

A estrutura orgânica e competências do Ministério, respectivas Direcções Nacionais e organismos sob tutela, foram revistas em 2008 através da aprovação do novo Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça[[2]](#footnote-3), tendo em vista, designadamente, clarificar a articulação e atribuições de cada departamento, ajustar a estrutura dos serviços à sua missão e estabelecer novas competências.



Na sua actual composição, o Ministério da Justiça é dirigido pelo Ministro da Justiça, coadjuvado por um Vice-Ministro da Justiça, integrando o Gabinete do Director Geral, o Gabinete de Inspecção e Auditoria, as Direcções Nacionais e os organismos que actuam com autonomia técnica, sob tutela do Ministério: o Centro de Formação Jurídica e a Defensoria Pública.

Foram também criados dois órgãos consultivos - o Conselho de Coordenação para a Justiça, composto pelo Ministro da Justiça, pelo Presidente do Tribunal de Recurso e pelo Procurador-Geral da República, e o Conselho Consultivo do Ministério da Justiça, composto pelo Ministro da Justiça e por todos os directores nacionais dos serviços de administração directa e organismos sob tutela. Estes dois Conselhos, o primeiro como órgão consultivo para os assuntos do sector da Justiça e o segundo como órgão consultivo para os assuntos de organização interna do Ministério da Justiça, revelaram-se cruciais para o reforço da articulação e cooperação estratégica entre os vários intervenientes do sector. Perspectiva-se, para o futuro, a alteração da composição do Conselho de Coordenação da Justiça, de modo a incluir o Defensor Público Geral e os representantes máximos dos Advogados Privados e da Polícia de Investigação Criminal.

Junto do Ministério da Justiça, funciona ainda a Comissão Nacional dos Direitos da Criança, criada com o objectivo de promover a plena realização dos direitos da criança, quer junto da sociedade civil, quer junto do Governo e das autoridades do Estado. A Comissão, que inicialmente funcionou junto da Assessoria para os Direitos Humanos do Gabinete do Primeiro-Ministro[[3]](#footnote-4), foi, durante o mandato do presente Governo, transferida para o Ministério da Justiça[[4]](#footnote-5) e objecto de revisão no que respeita à sua estrutura e atribuições[[5]](#footnote-6).

A revisão da estrutura orgânica do Ministério da Justiça foi acompanhada do reforço do respectivo quadro de pessoal. Desde Agosto de 2007 até à presente data, foram recrutados 78 novos funcionários. O quadro de pessoal aprovado é de 691 funcionários, sendo que actualmente o número de funcionários é de 669 (96,8% do quadro de pessoal preenchido). No ano de 2011, transitaram da situação de funcionários temporários para permanentes 191 funcionários.

**Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Direcções Nacionais / Organismos** | **Quadro aprovado 2009 (dotação)** | **Funcionários existentes**  **(preenchidos)** | **No.**  **Vagas** |
| Gabinete Director-Geral | 6 | 5 | 1 |
| Gabinete Inspecção e Auditoria | 8 | 1 | 7 |
| Assessoria Jurídica e Legislação | 23 | 22 | 1 |
| Direitos Humanos e Cidadania | 22 | 22 | 0 |
| Registos e Notariado | 142 | 137 | 5 |
| Serviços Prisionais e Reins.Social | 230 | 230 | 0 |
| Terras, Propried. e S.Cadastrais | 153 | 152 | 1 |
| Administração e Finanças | 35 | 32 | 3 |
| Defensoria Pública | 53 | 50 | 3 |
| Centro Formação Jurídica | 13 | 13 | 0 |
| Comissão Nac.Direitos Criança | 6 | 5 | 1 |
| **Total** | **691** | **669** | **22** |

Paralelamente ao reforço do quadro de pessoal, o Ministério da Justiça tem investido na formação qualificada dos seus recursos humanos, promovendo a oportunidade da frequência de cursos de formação e de ensino, designadamente de nível superior. Actualmente, 62,3% dos seus efectivos possuem o ensino secundário completo (12 anos de escolaridade) e 24,5% têm habilitações de nível superior (mestrado, licenciatura e bacharelato).

Os processos administrativos e financeiros foram, em geral, substancialmente melhorados no Ministério da Justiça. A realização de diversas auditorias, levadas a cabo por uma auditora independente e pelo Gabinete de Inspecção e Auditoria do Ministério, permitiu identificar pontos fracos e implementar acções correctivas e de melhoria, das quais resultaram progressos em termos de transparência, eficiência e controlo. Os sistemas de informação foram também melhorados, encontrando-se em fase de desenvolvimento e expansão de modo a abarcar novos serviços prestados ao cidadão, designadamente na área dos registos e certificados de propriedade.

No âmbito dos serviços prisionais e reinserção social, destaca-se a elaboração do Plano Estratégico para os Serviços de Reinserção Social, que prevê a criação de um departamento especialmente vocacionado para as questões ligadas à reinserção social do recluso. Em Dezembro de 2011, foi autorizado concurso para a contratação de cinco técnicos de reinserção social nas áreas da psicologia, serviço social, sociologia e direito, que irão suprir a falta de profissionais especializados, tendo em vista o aperfeiçoamento e eficiência dos serviços de reinserção social do sistema prisional. O sistema de gestão de execução de penas registou também melhorias. São periodicamente preparados relatórios sobre os comportamentos dos reclusos que já cumpriram penas correspondentes a 1/2, 2/3 e 5/6 da respectiva pena. Está também a ser desenvolvido o Manual de procedimentos de padrões para o funcionamento das prisões, elaborado por um grupo de trabalho formado por guardas prisionais e assessores da UNDP[[6]](#footnote-7) e UNMIT[[7]](#footnote-8), actualmente em fase de re-avaliação.

Foram reforçados os serviços para a prática de actos do registo civil e estabelecidos os serviços para o registo de sociedades comerciais, pessoas colectivas sem fins lucrativos e notariado. Foram recrutados dois assessores, um para a área do registo comercial, e outro para a área do Notariado, com o objectivo de apoiar a implementação e melhorar a prestação dos serviços ao público. A informatização da emissão do bilhete de identidade está em curso, aguardando-se a implementação do sistema *offline* que irá permitir a emissão do bilhete de identidade ao nível dos Sucos. Foi realizado ainda um importante investimento no suporte informático da emissão de passaportes e passes de fronteira, tendo em vista o aumento da capacidade de produção e a salvaguarda dos requisitos de segurança. Em consequência do aumento da procura e da capacidade de produção, as receitas aumentaram (vd. capítulo 7).

**Actos de Registo**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Actos de Registo** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **Total** |
| Registo Civil |  |  |  |  |  |  |
| Registo Nascimento | 123,454 | 116,917 | 78,841 | 131,385 | 118,652 | 569,249 |
| Registo Casamento | 779 | 1,016 | 1,505 | 10,106 | 1,505 | 14,911 |
| Registo Óbito | 121 | 238 | 457 | 5,656 | 1,552 | 8,024 |
| Bilhete de Identidade | - | \*- | - | 2,780 | 16,904 | 19,684 |
| Certif. Registo Criminal | 1,362 | 6,549 | 5,696 | 6,847 | 8,174 | 28,628 |
| Emissão Passaportes | 7,093 | 13,657 | 9,425 | 13,358 | 10,051 | 53,584 |
| Registo Comercial e de Pessoas Colectivas sem Fins Lucrativos | - | 409 | 1,170 | 4,445 | 2,122 | 8,146 |

Especificamente na área do Registo de Nascimento, foi assinado, em 21 de Agosto de 2007, um memorando de entendimento com os parceiros e estabelecido um grupo de trabalho para este efeito com representantes da UNICEF8, Ministérios da Educação, Saúde, Administração Interna e Confissões Religiosas. Este memorando foi revisto em 2010, visando incluir a Diocese de Maliana. Foi elaborado um Manual do Registo de Nascimento, aprovado em Novembro de 2007 e distribuído em todos os distritos. Foram implementados os postos de Registo de Nascimento Hospitalar em Díli, Maliana, Baucau e Oecussi. Desenvolveram-se, ainda, materiais de suporte à ‘’Campanha Nacional de Registo de Nascimento de Crianças de 0-5 anos de idade’’, como mensagens, brochuras desdobráveis e *posters*. Como resultado desta campanha, foram registadas cerca de 63.000 crianças de 0-5 anos de idade a nível nacional, elevando para 85% a percentagem de crianças registadas nesta faixa etária.

Ainda no quadro do Acordo de Cooperação assinado com Portugal, deslocou-se a Timor-Leste uma missão de peritos na área dos registos e notariado, que efectuou o levantamento de toda a legislação a elaborar no âmbito das terras, cadastro e registo predial. Na sequência desta missão, foi elaborado o Código de Registo Predial, em fase de discussão.

Na área do Registo Comercial, o Ministério da Justiça recebeu o apoio da IFC9, com o intuito de melhorar o processo de registo e proporcionar o aumento no registo de empresas em Timor-Leste. Foi disponibilizado um consultor com o objectivo de conduzir um plano de formação no local de trabalho, juntamente com os funcionários do Departamento de Registo Público da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado (DNRN). Os resultados foram muito positivos, tendo sido reduzido o tempo do registo de 65 dias, em Janeiro de 2011, para apenas 13 dias, em Fevereiro de 2012, totalizando 8146 empresas registadas em Timor-Leste até 31 de Dezembro de 2011.

A gestão dos bens imóveis do Estado também melhorou substancialmente nos últimos anos, o que se fez repercutir nas receitas. Existem actualmente 1244 contratos de arrendamento com o Estado Timorense, e foram feitas 197 afectações de imóveis do Estado para a Administração Pública. Realizaram-se, igualmente, vários despejos administrativos de ocupantes do património do Estado.

Durante o período 2008-2012, o Ministério da Justiça promoveu ainda o intercâmbio com os países parceiros, tendo sido realizadas várias missões de delegações timorenses ao estrangeiro, quatro das quais a Portugal, chefiadas pela Ministra da Justiça, em 2009, 2010, 2011 e 2012, com o objectivo de trocar conhecimentos e experiências através das melhores práticas nas áreas das tecnologias de inforrmação, registos e notariado, gestão de terras, controlo financeiro das contas públicas e investigação criminal. Estas missões permitiram dinamizar a cooperação bilateral e iniciar a implementação de novas actividades e projectos ao abrigo dos protocolos de cooperação celebrados.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

9 International Finance Corporation, World Bank (Corporação Financeira Internacional, Banco Mundial)

**2.3. Reforço das Instituições Judiciárias. Tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia privada**

No âmbito dos operadores judiciários, e durante o mandato do IV Governo Constitucional, foi aprovado o Estatuto da Defensoria Pública10, que define a sua missão e competências e a carreira, direitos e deveres dos defensores públicos, o Estatuto dos Oficiais de Justiça11, revisto o Estatuto do Ministério Público12 e criado o regime jurídico do reconhecimento e exercício da actividade de Advocacia Privada13, até então inexistente. Transitoriamente, a formação e o reconhecimento do exercício da advocacia é da responsabilidade do Centro de Formação Jurídica (CFJ), estando em curso o processo de criação da futura Ordem dos Advogados de Timor-Leste.

A valorização das carreiras judiciárias traduziu-se também na aprovação da nova tabela salarial dos juízes, procuradores e defensores públicos14 e dos oficiais de justiça11, consagrando-se, assim, uma remuneração mais adequada às funções judiciárias, há muito reivindicada pelas respectivas classes profissionais.

Os Tribunais, o Ministério Público e a Defensoria Pública viram a sua capacidade reforçada nos quatro distritos judiciais e, em particular, nos distritos de Baucau, Suai e Oecusse, com os novos edifícios a serem inaugurados entre finais de 2008 e princípios de 2009, estando actualmente a funcionar em condições de normalidade. O programa de justiça do PNUD15, em conjunto com outros doadores, tem assegurado apoio administrativo e logístico ao processo de descentralização das instituições da Justiça.

O número de actores judiciários nacionais é hoje de 50: 17 juízes, 17 procuradores e 16 defensores públicos, quase o dobro do número de magistrados e defensores existentes em 2006. O número de oficiais de justiça aumentou também nos Tribunais, Procuradoria-Geral da República (PGR) e Defensoria Pública. Actualmente, encontram-se a frequentar o curso para ingresso na carreira de oficial de justiça mais 30 formandos. As instituições judiciárias contam ainda com a assistência técnica de magistrados, defensores e oficiais de justiça internacionais.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

10 Decreto-lei no. 38/2008, de 29 de Outubro

11 Aprovado em Conselho de Ministros de 15/02/2012

12 Lei no. 11/2011, de 28 de Setembro

13 Lei no. 11/2008, de 30 de Julho

14 Lei no. 10/2009, de 5 de Agosto

15 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**Quadro de Magistrados e Defensores nacionais**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Actores Judiciários** | **2006** | **2008** | **2010** | **2011** |
| Juízes | 11 | 13 | 17 | 17 |
| Procuradores | 9 | 13 | 18 | 17 |
| Defensores | 7 | 11 | 16 | 16 |
| **Total** | **27** | **37** | **51** | **50** |

Foram também aprovados os serviços das secretarias dos Tribunais, do Ministério Público e da Defensoria Pública16 e os serviços de apoio técnico e administrativo da PGR17, que não existiam, e que tem vindo a ser progressivamente implementados, funcionando hoje em condições de normalidade. Treze tradutores/intérpretes nacionais da unidade de tradução e interpretação do Ministério da Justiça foram transferidos para a PGR para fazer face a necessidades urgentes. Entretanto, foram formados mais 14 tradutores que já se encontram a exercer funções, em regime de estágio, na Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação (DNAJL) do Ministério da Justiça (10) e no tribunal distrital de Díli (4).

Com o reforço e capacitação dos recursos humanos, registou-se um aumento significativo de casos decididos pelos tribunais: em 2007 e 2008 foram decididos, a nível nacional, mais casos (1457) do que nos 6 anos anteriores (1137). Os tribunais fora de Díli decidiram quase três vezes mais casos (336) em 2007-2008 do que no período 2000-2006 (125 casos).

Entre Agosto de 2007 e Outubro de 2009, os defensores públicos atenderam, a nível nacional, 2253 casos crime e 1514 casos cíveis; 1994 notificações em processo-crime e 672 em processo civil. Em 2011, os defensores actuaram em 1784 processos judiciais (578 crime e 1206 cível) e prestaram assistência extrajudicial em 2564 processos (1035 crime e 1529 cível).

Na PGR, regista-se igualmente uma tendência para o aumento do número de casos entrados e processados. De acordo com o relatório de Informação Anual 2011 da PGR, em 2011 deram entrada 3889 novos processos, que somados aos processos transitados de 2010, totalizaram 8944; destes foram arquivados 3010 (34%), deduzida acusação em 1189 processos (13%), remetidos 22 (0,02%) e transitados para o ano de 2012, 4723 processos (53%).



\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

16 Decreto-lei no. 27/2009, de 9 de Setembro

17 Decreto-lei no. 6/2010, de 14 de Abril

O número de processos pendentes continua, ainda, a constituir uma preocupação. A maioria dos casos pendentes nos tribunais são casos cíveis de extrema complexidade que deram entrada nos primeiros anos após a independência. No Ministério Público, a pendência e o arquivamento, são uma consequência directa das limitações do processo de investigação criminal. Espera-se, no futuro próximo, que o aumento de operadores judiciários, a melhoria nos processos de trabalho e a aposta numa polícia de investigação criminal especializada e de cariz científico, permita atingir melhores resultados e reduzir os atrasos processuais e os arquivamentos para números mais maleáveis.

O Ministério da Justiça está também empenhado em apoiar a formação dos advogados privados timorenses e em valorizar e reconhecer a importância desta classe profissional para o funcionamento do sistema de justiça. Assim, em Setembro de 2011, aquando da visita do Bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal a Timor-Leste, foi assinado um Protocolo de Cooperação vocacionado para a formação de advogados timorenses, incluindo a realização de estágios profissionais em Portugal.

No quadro do referido protocolo, encontram-se actualmente em Portugal 7 advogados privados timorenses, a estagiarem em Sociedades de Advogados em Lisboa. O estágio tem a duração aproximada de 6 meses e terminará em Maio de 2012. Estes profissionais tiveram ainda a oportunidade de frequentar formação em Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e de participar em *workshops* sobre as competências, estrutura e funcionamento da Ordem dos Advogados, tendo em vista a criação da futura Ordem dos Advogados de Timor-Leste.



**2.4. A implementação de uma Polícia de Investigação Criminal em Timor-Leste**

A área da investigação criminal é reconhecidamente uma das maiores debilidades do sistema de justiça timorense. Por essa razão, o actual Governo celebrou em 2008 um Protocolo de Cooperação com o Ministério da Justiça de Portugal tendo em vista a formação e capacitação nas áreas da investigação criminal, medicina legal e outras ciências forenses.

Com a assistência técnica da Polícia Judiciária de Portugal, foi iniciado em 2010 o processo de criação e implementação de um corpo especial de polícia de investigação criminal, tendo sido aprovado pelo Conselho de Ministros, em 1 de Dezembro de 2010, a lei orgânica e estatuto de pessoal da Polícia de Investigação Criminal de Timor-Leste, a qual ainda aguarda promulgação.

Com base na Resolução do Governo no. 6/2011, de 23 de Fevereiro, que atribuiu ao Ministério da Justiça a competência para o recrutamento e formação dos recursos humanos que constituirão a base da futura Polícia de Investigação Criminal de Timor-Leste, foi lançado, em Março de 2011, um rigoroso processo de recrutamento e selecção de candidatos a futuros investigadores, que incluiu prova escrita de conhecimentos, provas físicas, exames médicos, testes psicológicos e entrevista profissional. Entre licenciados, foram recrutados 66 futuros investigadores de um universo de mais de 200 candidatos, 47 dos quais iniciaram a sua formação em Agosto de 2011 (uma formação específica em Língua Portuguesa com a duração de quatro meses). O curso de formação de investigadores estagiários a decorrer actualmente na Escola de Polícia Judiciária de Portugal, tem a duração de sete meses e terminará em Julho de 2012, sendo seguido de um período de estágio em exercício de funções de doze meses.

mtambém já concluídos os processos de recrutamento e selecção de as LP, que decorreram entre Setembro de 2011 e Abril de 2012. De entre 12 candidatos a especialistas superiores, aos quais eram exigidas licenciaturas específicas, foram aprovados 4 candidatos. De entre 93 candidatos a especialistas foram seleccionados 27. A formação preparatória em língua portuguesa iniciar-se-á, no Centro de Formação Jurídica, a partir de Maio de 2012, finda a qual os formandos estarão aptos a frequentar o Curso de Formação em Estágio, com a duração aproximada de 3 meses, que decorrerá no Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária de Portugal.

Paralelamente, encontram-se a frequentar o Curso de Especialização em Medicina Legal, no Instituto de Medicina Legal de Coimbra, três médicos timorenses. Este curso tem a duração de um ano, decorrendo de Janeiro a Dezembro de 2012.

Foi também concluído o projecto de arquitectura e de especialidades do futuro edifício da investigação criminal, o qual prevê todas as valências necessárias ao funcionamento e operacionalidade do corpo especial de polícia, incluindo um laboratório de polícia científica e um heliporto. Prevê-se iniciar a construção do edifício em meados de 2012, ficando a cargo da Polícia Judiciária de Portugal o acompanhamento e fiscalização da obra.

**2.5. A criação da Câmara de Contas de Timor-Leste**

Tendo por base o Memorando de Entendimento celebrado em 2008 entre o Ministério da Justiça de Timor-Leste e o Tribunal de Contas de Portugal, foi possível lançar, com o suporte de uma assistência técnica especializada, o projecto de criação e implementação da Instituição Superior de Controlo de Timor-Leste.

Em Março de 2011, o Ministério da Justiça promoveu a realização de uma Conferência subordinada ao tema *‘’O Objectivo do Controlo Externo das Contas do Estado e os Modelos de Instituições Superiores de Controlo’’,* que teve como principais oradores o Presidente e o Director-Geral do Tribunal de Contas de Portugal e um Auditor-Chefe do Australian National Audit Office (ANAO) de Queensland. Participaram na conferência, S. E. o Primeiro-Ministro, membros do Governo e do Parlamento Nacional, entre outros altos representantes das instituições do Estado.

Pela primeira vez, teve também lugar em Timor-Leste a Comemoração do 15º. Aniversário da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) e realização do seu II Seminário, que teve lugar em Díli de 29 de Junho a 1 de Julho de 2011. No seminário foram abordados dois temas “O papel das Instituições Superiores de Controlo (ISC) num Estado de Direito” e “A Importância da Cooperação entre as ISC no desenvolvimento institucional e na capacitação técnica”.

Por iniciativa do Governo, o Parlamento Nacional aprovou a Lei Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas de Timor-Leste (Lei nº. 9/2011, de 17 de Agosto), prevendo-se o início da sua actividade no prazo de 6 meses a contar da data da publicação no Jornal da República e sendo de 5 anos o período de instalação previsto para alcançar o seu pleno funcionamento.

Com base na Resolução do Governo no. 40/2010, de 17 de Novembro, que atribuiu ao Ministério da Justiça a competência para recrutar e formar os futuros auditores da Câmara de Contas de Timor-Leste, foi lançado um processo de recrutamento do qual resultou a selecção de 20 licenciados e bacharéis. Destes, 15 recebem actualmente formação especializada tendo em vista o ingresso na carreira de auditor da Câmara de Contas.

Um 1º. Grupo de 7 formandos, frequentou em 2011 o curso de formação técnica especializada, teórica e prática, ministrado pelo Tribunal de Contas de Portugal, com a duração aproximada de 6 meses, tendo iniciado o estágio profissional, com carácter probatório e duração de 1 ano, em Janeiro de 2012. Um 2º. grupo de 8 formandos recebeu formação preparatória em Língua Portuguesa, encontrando-se actualmente em Portugal a frequentar o curso de formação técnica, o qual terminará em Maio de 2012, ao que se seguirá igualmente o estágio probatório.

Foi, entretanto, concluído o processo de recrutamento e selecção de dois auditores internacionais que terão como principal função acompanhar o estágio dos auditores timorenses e prestar-lhes assistência técnica num período inicial de exercício de funções. Foi também elaborado o Decreto-Lei que visa definir os serviços de apoio da Câmara de Contas e aprovar a carreira especial de auditor desta instituição, que será remetido em breve ao Conselho de Ministros para aprovação.

**3. Reforma e Quadro Legal**

Resultado das suas circunstâncias históricas, o ordenamento jurídico de Timor-Leste apresenta uma natureza complexa. A par da legislação nacional, aplica-se, enquanto não for revogada e em tudo o que não contrarie a Constituição, a legislação indonésia, em vigor em 1999, e os regulamentos da UNTAET18. As leis oriundas dos órgãos com competência legislativa têm vindo, progressivamente, a substituir esta legislação, garantindo um ordenamento jurídico harmonizado, reflexo da realidade política e sociocultural do país e conforme ao direito internacional.

No contexto de um Estado em construção, foi sentida a necessidade de desenvolver um conjunto de leis que ao sector da Justiça dizem respeito. Nesse sentido, o quadro legal que regula o sistema de justiça de Timor-Leste e, em geral, o ordenamento jurídico, foram substancialmente melhorados durante o período em análise.

Por iniciativa do Ministério da Justiça, foram elaborados e aprovados inúmeros diplomas (que a seguir se listam), tendo sido aprovadas leis fundamentais para o funcionamento do sistema de justiça e para a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos, de que são exemplo o Código Penal e o Código Civil, bem como vários outros diplomas da área da Justiça e do Direito.

**Leis:**

* Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação de Advogados (Lei nº.11/2008, de 30 de Julho) – iniciativa dos deputados, com o apoio e colaboração do Ministério da Justiça. Encontra-se em discussão no Parlamento Nacional a primeira alteração a esta lei;
* Lei de Autorização Legislativa em matéria Penal (Lei nº. 13/2008, de 13 de Outubro);
* Lei de Protecção de Testemunhas (Lei nº. 2/2009, de 6 de Maio);
* Estatuto Remuneratório dos Magistrados Judiciais, dos Magistrados do Ministério Público e dos Agentes da Defensoria Pública (Lei nº. 10/2009, de 5 de Agosto);
* Lei Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas de Timor-Leste (Lei nº. 9/2011, de 17 de Agosto);
* Código Civil (Lei no. 10/2011, de 14 de Setembro);

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

18 United Nations Transitional Administration in East Timor

* Primeira Alteração ao Estatuto do Ministério Público (Lei no. 11/2011, de 28 de Setembro);
* Lei que aprova o Regime Especial para adefinição da titularidade de bens imóveis (a chamada *Lei de Terras*) (aguarda confirmação por parte do Parlamento Nacional);
* Lei das Expropriações (aguarda confirmação pelo Parlamento Nacional);
* Lei que cria o Fundo Financeiro Imobiliário (aguarda confirmação pelo Parlamento Nacional);
* Proposta de Lei que visa aprovar o Código do Registo Civil (aprovado em Conselho de Ministros de 7/3/2012; aguarda agendamento no Parlamento Nacional);
* 1.ª Alteração à Lei que regula o exercício da Advocacia Privada (aguarda aprovação pelo Parlamento Nacional).

**Decretos-Lei:**

* Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça (Decreto-Lei no. 12/2008, de 30 de Abril);
* Estatuto da Defensoria Pública (Decreto-Lei nº. 38/2008, de 29 de Outubro);
* Regime Jurídico dos Passaportes (Decreto-Lei nº. 44/2008, de 31 de Dezembro);
* Código Penal (Decreto-Lei nº. 19/2009, de 8 de Abril);
* Primeira Alteração ao Regime Jurídico do Notariado (Decreto-Lei nº. 24/2009, de 26 de Agosto);
* Regulamento Notarial (Decreto-Lei nº. 25/2009, de 26 de Agosto);
* Regime jurídico dos funcionários de justiça e dos serviços das secretarias dos Tribunais, do Ministério Público e da Defensoria Pública (Decreto-Lei nº. 27/2009, de 9 de Setembro);
* Serviços de apoio técnico e administrativo da PGR (Decreto-Lei no. 6/2010, de 14/4);
* Regime Especial de Constituição Imediata de Sociedades (Decreto-Lei no. 18/2010, de 1/12);
* Decreto-Lei que cria a Polícia de Investigação Criminal (aprovado em Conselho de Ministros de 1/12/2010; aguarda promulgação);
* Regime de Compensações por Desocupação dos Imóveis do Estado (Decreto-Lei no. 6/2011, de 9/2);
* Alteração do Código das Custas Judiciais (Decreto-Lei no. 16/2011, de 13/4);
* Regime de Regularização da titularidade de bens imóveis em casos não disputados (Decreto-Lei nº 27/2011 de 6/7);
* Regime de Emolumentos dos Registos e Notariado (Decreto-Lei n.º 46/2011, de 19/10);
* Decreto-Lei que aprova o Regime das Férias Judiciais (aprovado em CM em 14/12/2011);
* Estatuto da Carreira Especial de Conservadores e Notários (Decreto-Lei n.º 2/2012, de 15/2);
* Regulamento de Formação para ingresso na carreira de Conservadores e Notários(Decreto-Lei n.º 3/2012, de 15/2);
* Estatuto dos Guardas Prisionais (Decreto-Lei n.º 10/2012, de 19/2);
* Decreto-lei que aprova o Estatuto dos Oficiais de Justiça (aprovado em Conselho de Ministros de 15/02/2012);
* Decreto-Lei sobre a Representação do Estado em Juízo (aprovado em Conselho de Ministros de 14/3/2012);
* Decreto-Lei que aprova a orgânica dos Serviços de Apoio dos Tribunais (aprovado em Conselho de Ministros de 4/4/2012, aguarda promulgação);
* Decreto-Lei sobre Passes de Fronteira (aguarda promulgação).

**Decretos, Resoluções do Governo e Diplomas Ministeriais:**

* Despacho que cria a Comissão Nacional dos Direitos da Criança (Despacho da MJ nº. 151-A/GMJ/V/2008 de 14 de Maio);
* Aprovação dos Modelos de impressos de Passaportes e do Título de Viagem Única (Diploma Ministerial Conjunto MNE/MJ nº. 1/2009, de 27 de Março, publicado em 10 de Junho);
* Revisão das Taxas de Emissão de Passaportes (Diploma Ministerial Conjunto MJ/MF nº. 2/2009, de 27 de Março, publicado em 29 de Abril);
* Estrutura Orgânica do Centro de Formação Jurídica (Diploma Ministerial nº. 30/2009, de 17 de Abril, publicado em 29 de Abril);
* Revogação da anterior estrutura orgânica do Centro de Formação Jurídica (Decreto do Governo nº.3/2009, de 29 de Abril);
* Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania (Diploma Ministerial nº. 31/2009, de 17 de Abril, publicado em 29 de Abril);
* Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação (Diploma Ministerial nº. 32/2009, de 17 de Abril, publicado em 29 de Abril);
* Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Serviços Prisionais e de Reinserção Social (Diploma Ministerial nº. 33/2009, de 17 de Abril, publicado em 29 de Abril);
* Estrutura Orgânica da Direcção Nacional dos Registos e Notariado (Diploma Ministerial nº. 34/2009, de 17 de Abril, publicado em 29 de Abril);
* Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais (Diploma Ministerial nº. 35/2009, de 17 de Abril, publicado em 29 de Abril);
* Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Administração e Finanças (Diploma Ministerial nº. 36/2009, de 17 de Abril, publicado em 29 de Abril);
* Diploma Ministerial 101/GM/MJ/XII/2010, que aprovou os modelos de estatutos referentes às sociedades submetidas ao procedimento de constituição imediata de sociedades comerciais, no serviço de registo comercial da Direção Nacional dos Registos e do Notariado;
* Resolução que aprova o Plano Estratégico do Sector da Justiça de Timor-Leste (Resolução do Governo nº. 30/2010, de 2/6);
* Decreto que aprova a criação e regulamenta o subsídio de risco dos Guardas Prisionais (Decreto do Governo nº. 4/2010, de 26/8);
* Resolução que atribui ao Ministério da Justiça a competência para o recrutamento, a formação e capacitação profissionais dos licenciados que irão integrar o futuro quadro de auditores da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas de Timor-Leste (Resolução do Governo nº. 40/2010, de 17/11);
* Resolução que atribui ao Ministério da Justiça a competência para o recrutamento e formação de investigadores para a carreira de investigação criminal (Resolução do Governo nº. 6/2011, de 23/2);
* Resolução que atribui ao Ministério da Justiça a competência para o recrutamento e formação do pessoal de informática do sector da Justiça (Resolução do Governo nº. 14/2011, de 15/5);
* Diploma sobre o Levantamento Cadastral (Diploma Ministerial nº 16/2011 de 27/7);
* Diploma que regula a conversão de declarações sobre bens imóveis em registo de propriedade decorrentes da aplicação do Decreto-Lei 27/2011, de 6/7 (Diploma Ministerial 23/2011 de 23/11);
* Resolução que criou o Grupo de Trabalho para a implementação do Serviço de Registo e Verificação Empresarial – SERVE – que consiste no Balcão Único para o Registo Comercial, Impostos e Licenciamento de empresas (Resolução do Governo n.° 6/02, de 29 de Fevereiro);
* Diploma Ministerial que regulamenta o regime emolumentar dos registos e notariado;
* Diploma Ministerial que aprova os novos modelos do Registo Civil.

**Legislação em fase final de aprovação:**

* Estatuto da Carreira Especial de Auditor da Câmara de Contas do Tribunal Superior, Administrativo, Fiscal e de Contas (a enviar brevemente a CM19);
* Lei de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade (aguarda agendamento em CM19);
* Proposta de Lei de Autorização Legislativa em Matéria de Regime Penal Especial dos Jovens dos 16 aos 21 anos (aguarda aprovação em CM19);
* Regime Penal Especial dos Jovens dos 16 aos 21 anos (aguarda agendamento CM19);
* Decreto-Lei sobre o mecanismo transitório para a transacção de bens imóveis registados (aguarda agendamento em CM19);
* Decreto-Lei que altera o Código das Sociedades Comerciais (aguarda agendamento em CM);
* Decreto-Lei que aprova o Regime de Firmas (aguarda agendamento em CM19);
* Novo Código do Registo de Pessoas Colectivas e Entidades Equiparadas (denominado anteriormente *Código do Registo Comercial*) (aguarda agendamento em CM19);
* Decreto-Lei do Novo Sistema de Registo Comercial e que estabelece o SERVE (aguarda agendamento em CM19);
* Resolução que cria a Comissão Interministerial do Serviço de Registo e Verificação Empresarial – SERVE (aguarda agendamento em CM19);
* Novo Código das Pessoas Colectivas e Entidades Equiparadas (aguarda agendamento em CM);
* Alteração do Estatuto do Ministério da Justiça (aguarda agendamento em CM19).

**Diplomas em fase de elaboração, discussão pública ou revisão:**

* Lei da Organização Judiciária;
* Regime Jurídico de Acesso aos tribunais (apoio judiciário);
* Projecto de lei de Mediação de Conflitos;
* Lei da Justiça Tradicional (lei sobre o reconhecimento do Direito Costumeiro);
* Código dos Direitos da Criança;
* Lei da Justiça Juvenil;
* Manual de procedimentos de padrões para o funcionamento das prisões;
* Lei da Droga;
* Lei do Tráfico de Pessoas;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

19 Conselho de Ministros

* Legislação complementar da Lei de Terras:
  + - ;
    - Regulamento da Comissão cadastral;
    - Tabela de Valores para Compensação Lei de Terras;
    - Regime Jurídico do Domínio público do Estado;
    - Regime Jurídico do ;
    - Diploma relativo a impostos sobre a terra;
    - ;
    - Decreto-Lei sobre as áreas Urbanas e Rurais;
    - Decreto-lei sobre a regulamentação dos solos.
* Código do Registo Predial;
* Lei das Cooperativas e das Pessoas Colectivas sem fins lucrativos;
* Diploma Ministerial que regulamenta o Código do Registo das Pessoas Colectivas e Entidades Equiparadas;
* Alteração da Estrutura Orgânica da Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social.

**4. Desenvolvimento de Recursos Humanos**

Actualmente, o sector da justiça ainda se debate com carências em termos de recursos humanos qualificados e aptos para desempenharem funções as quais, na maioria dos casos, requerem um elevado grau de especialização, razão pela qual o funcionamento do sistema judicial tem recorrido ao apoio de profissionais internacionais. O mesmo se passa na área da produção legislativa, na qual a colaboração de juristas lusófonos tem sido fundamental para prosseguir com a grande tarefa de construção do ordenamento jurídico de Timor-Leste e, em particular, do sistema de justiça.

No entanto, o Governo está empenhado em alterar, de forma progressiva, esta situação, apostando numa formação de qualidade dos operadores judiciários e dos restantes profissionais do sector, quer através da formação inicial de acesso à profissão, quer promovendo a formação complementar e contínua, designadamente no estrangeiro. Para o efeito, o Ministério da Justiça celebrou vários protocolos de cooperação especialmente vocacionados para a qualificação e capacitação técnica dos recursos humanos nacionais (vd. capítulo 8).

O apoio da UNDP20 e de Portugal tem sido fundamental para implementar o programa de qualificação de recursos humanos da área da justiça, nomeadamente através do Centro de Formação Jurídica (CFJ) que se tornou numa instituição de referência no país no que respeita à formação de magistrados, defensores públicos e, mais recentemente, advogados privados e conservadores e notários, entre outros.

A par da formação técnica, jurídica, linguística e ética dos agentes da justiça, o CFJ tem promovido e incentivado a investigação, por parte dos seus formandos, no sentido de estes ganharem mais autonomia técnica de modo a poderem contribuir activamente para o desenvolvimento e funcionamento eficiente e eficaz do sistema e do sector da justiça em Timor-Leste.

Para além disso, o CFJ e a Universidade Nacional de Timor Lorosa’e (UNTL), têm vindo a colaborar no sentido de desenvolver sinergias e programas conjuntos de formação. Neste âmbito, não se pode deixar de referir o importante trabalho desenvolvido pelo Ministério da Educação no que respeita à acreditação das Universidades de Direito de Timor-Leste.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

20 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Em 2011, o actual Governo criou o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH), cabendo ao sector da Justiça 1,9 milhões de dólares em 2011 e 4,9 milhões em 2012. Este fundo permitiu, pela primeira vez, criar um corpo permanente de formadores/docentes do CFJ financiados maioritariamente pelo orçamento nacional, reduzindo-se assim drásticamente a dependência financeira face aos doadores internacionais e criando-se as condições para assegurar a realização e continuidade dos cursos de formação conforme o planeado.

Em 2011, foi executado 92% do montante do FDCH afecto ao sector da Justiça, representando os encargos com os formandos 65% do total gasto e os encargos com os formadores 35%. Em termos de áreas formativas, os encargos com a formação em investigação criminal e ciências forenses representaram 32% do total executado, seguido da formação inicial de advogados privados e de auditores da Câmara de Contas, cada uma destas áreas com 18% do montante total gasto. Beneficiaram da formação financiada, através do Fundo, aproximadamente 350 formandos, conforme detalhado no quadro abaixo.

|  |
| --- |
| SECTOR DA JUSTIÇA |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO (FDCH) 2011 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Tipo de Despesa | Montante | % $US |  |
| Encargos com Formandos (a) | $1,131,208 | 65% |  |
| Salários dos Formadores | $603,151 | 35% |  |
| Total executado | $1,734,359 | 92% |  |
| Orçamento do FDCH Sector Justiça | $1,889,833 | - |  |
| (a) bolsas de estudo, viagens e alojamento, catering, seguros | | |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Despesa e nr. formandos por área de formação | Montante | % | Nr. Formandos |
| Investigação Criminal e Medicina Legal | $557,476 | 32% | 69 |
| Advogados Privados | $307,926 | 18% | 42 |
| Auditores (Câmara de Contas) | $306,463 | 18% | 15 |
| Formação em L. Portuguesa | $201,955 | 12% | 113 |
| Magistrados e Defensores Públicos | $189,433 | 11% | 35 |
| Registos, Notariado e Terras | $124,424 | 7% | 26 |
| Formação de Juristas e Tradutores | $31,269 | 2% | 42 |
| Direitos da Criança | $15,413 | 1% | 8 |
| Total executado | $1,734,359 | - | 350 |

Actualmente, o Centro de Formação Jurídica (CFJ) conta com 1 coordenador geral da formação, 2 assessores com funções de coordenação pedagógica dos cursos de investigação criminal e de formação de auditores e 16 docentes permanentes, para além de formadores temporários contratados conforme as necessidades formativas.

|  |  |
| --- | --- |
| Formadores/docentes CFJ | Nr. |
| Coordenadores pedagógicos | 3 |
| Formadores magistrados | 2 |
| Formadores procuradores | 1 |
| Formadores advogados | 3 |
| Formadores notaries | 2 |
| Professores português | 7 |
| Formador-Tradutor | 1 |
| Total | 19 |

As actividades de formação realizadas quer no CFJ, quer noutras instituições de formação ao abrigo dos protocolos de cooperação celebrados, têm, ao longo destes últimos anos, contribuido de forma decisiva para a melhoria, o desenvolvimento e a consolidação do serviço público de administração da justiça e para o conhecimento e aperfeiçoamento do direito timorense.

De seguida, é apresentada a lista dos principais cursos e acções de formação realizados e em curso nas diferentes áreas formativas.

**Formação de magistrados e defensores públicos:**

* + - ingressonas - 10 magistrados e defensores (, e );
    - ingresso na, concluído em Maio de 2011 -no dia de Maio de (4 Juízes de Direito, 5 Procuradores e 5 Defensores Públicos);
* ingresso nas, iniciado em Novembro de 2011 - 15 formandos frequentam a formação teórica, à qual se seguirá as fases prática e o estágio;
* Curso sobre o Código Penal, realizado em Junho 2009, com a duração de 30 horas. Frequentaram o curso 12 juízes, 7 defensores públicos e 1 procurador;
* e ;
* Programa de Intercâmbio com a Defensoria Pública da União do Brasil. Em 2010 e 2011, realizaram-se 3 missões de estudo com a duração de 2 meses cada, em que participaram 9 defensores públicos timorenses;
* Participação dos magistrados nacionais e defensores públicos em conferências e outras iniciativas sobre temas de justiça, designadamente em Portugal, Macau, Brasil e Austrália.

**Formação de advogados privados:**

* I Curso de Formação para Advogados Privados - 14 formandos frequentaram a fase teórica do curso que terminou em Setembro de 2011, ao que se seguiu a fase de estágio, de Outubro de 2011 a Junho de 2012;
* Estágio profissional de advocacia a decorrer em Lisboa, Portugal, de Novembro 2011 a Maio de 2012, ao abrigo do Protocolo de Cooperação celebrado com a Ordem dos Advogados de Portugal - frequentam o estágio 7 advogados estagiários do I Curso;
* II Curso de Formação para Advogados Privados, iniciado em Maio de 2011 - actualmente frequentam o curso 35 formandos.

**Formação de oficiais de justiça:**

* , II e IIIs dos Tribunais - no total frequentaram em 2010 a formação;
* IV Curso de Formação de Oficiais de Justiça do Ministério Público - 32 oficiais de justiça frequentaram o curso em 2011, dos quais 28 concluíram com sucesso a formação;
* I e II Cursos de Formação de Oficiais de Justiça da Defensoria Pública - 23 oficiais de justiça da DP frequentaram o curso em 2010, dos quais 15 concluíram com sucesso a formação e foram promovidos na carreira;
* iniciado em Setembro de 2011, com a formação preparatória linguística - actualmente 30 formandos frequentam o curso, seguindo-se a formação técnico-jurídica e estágio.

**Formação em investigação criminal e ciências forenses:**

* , CFJcom add, 21 de Novembro a 2 de Dezembro de 2011 - 19 formandos;
* I Curso de Formação de Investigadores Estagiários, a decorrer na Escola da Polícia Judiciária em Portugal, duração 7 meses, Janeiro/Julho de 2012 - frequentam o curso 47 formandos;
* Curso de Especialização em Medicina Legal, Instituto Nacional de Medicina Legal, Coimbra, duração 12 meses, Janeiro/Dezembro 2012 - frequentam o curso 3 médicos timorenses.

**Formação de auditores (Câmara de Contas):**

* I Curso de formação inicial para ingresso na carreira de auditor - 1º. Grupo de 7 formandos, frequentou em 2011 o curso de formação técnica especializada, teórica e prática, ministrado pelo Tribunal de Contas de Portugal, com a duração aproximada de 6 meses;
* Curso de controlo financeiro para os auditores estagiários que iniciaram o estágio profissional em Janeiro de 2012, com carácter probatório e duração de 1 ano; o curso iniciou-se em Janeiro e termina em Maio de 2012, sendo composto por vários módulos versando sobre legislação específica nas áreas de direito administrativo, orçamento e finanças, aprovisionamento e contratos públicos, entre outras matérias;
* II Curso de formação inicial para ingresso na carreira de auditor - 2º. Grupo de 8 formandos frequenta o curso, no Tribunal de Contas de Portugal, que se iniciou em Outubro de 2011 e terminará em Maio de 2012, ao que se seguirá o estágio probatório.

**Formação de Conservadores e Notários:**

* Primeiro Curso de Formação para ingresso na carreira especial de Conservadores e Notários – frequentam o curso 11 formandos técnicos superiores, actualmente na fase da formação teórica específica (11/2010 a 6/2012), à qual se seguirá o estágio (7/2012 a 7/2013).

**Formação de assessores jurídicos:**

* I Curso de Formação para Assessores Jurídicos - 11 juristas timorenses .Ainistério da Justiça;
* Actualmente f8darlamento acional (10)residência da República (2)rovedoria dos Direitos Humanos e Justiça (6) inistério da ustiça (10)

**Formação de tradutores:**

* 1; encontram-se actualmente, em regime de estágio, a exercer funções na Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação do Ministério da Justiça (10) e no Tribunal Distrital de Dili (4).

**Formação específica na área dos Registos e Notariado:**

* Formação do chefes da repartição e funcionários do registo civil dos treze distritos sobre os procedimentos do registo de nascimento - 20 participantes;
* Formação de parceiros do Registo de Nascimento em treze distritos (chefes de suco, parteiras, enfermeiras, membros das confissões religiosas, jornalistas da televisão e da rádio nacional e comunitária), sobre procedimentos de registo de nascimento e mecanismos de sensibilização dos pais sobre a importância do registo do nascimento - foram formados cerca de 150 parceiros, dos quais 45 funcionários do registo civil distritais;
* Seminário dirigido a todos os chefes de departamento da Direcção Nacional dos Registos e Notariado (DNRN) sobre a Lei das Artes Marcias e sobre o procedimento de registo das mesmas;
* Formação dos chefes da repartição do registo civil dos treze distritos e notários sobre o Regime Emolumentar e o respectivo Regulamento. 1o Seminário sobre o Registo Comercial, entitulado “Registo Público em Timor-Leste”, 8 e 9 de Abril de 2011;
* 2o Seminário sobre o Registo Comercial, entitulado “Importância e Procedimentos do Registo Público”, 5 e 6 de Agosto 2011;
* 3o Seminário sobre o Registo Comercial, entitulado “Reforma do Registo Comercial”, uma introdução sobre o Serviço de Registo e Verificação Empresarial – SERVE – 31 de Outubro e 10 de Novembro, 2011;
* Formação sobre os “Princípios Básicos do Código de Registo Comercial”, 12 de Julho de 2011;
* Formação no local de trabalho para os funcionários do Departamento do Registo Público da DNRN, Março a Novembro de 2011, perfazendo 160 horas de formação e acompanhamento;
* Formação e visita de Estudos à Malásia sobre o Registo Comercial, 24 de Setembro a 1 de Outubro de 2011.

**Formação específica na área de terras e cadastro:**

* Gestor de Cadastro, Setembro 2008, 15 participantes;
* Uso de Global Positioning System (GPS), Setembro 2008, Maubisse, Ainaro, 12 participantes;
* Gestor de Cadastro e Plano Estratégico, Fevereiro/Abril 2008, Melbourne, Austrália, 3 participantes;
* Gestão de Registo de Terras, Gestão de Finanças e Orçamento, Novembro/Dezembro 2008, Melbourne, Austrália, 2 participantes;
* Gestão de Informática, Fevereiro/Abril 2009, Melbourne, Austrália, 1 participante;
* Curso de Mestrado em Geomática, Universidade Gajah Mada, Indonésia, 2008/2009. 2 funcionários da Direcção Nacional de Terras e Propriedades e Serviços Cadastrais (DNTPSC) formados;
* Curso de Mestrado de Gestão do Património do Estado, Gajah Mada, Indonésia, 1 funcionário da DNTPSC formado;
* Cursos de *‘Survey e Mapping’* (Diploma I), Gajah Mada, Indonésia, Novembro 2008/Agosto 2009. 40 funcionários da DNTPSC formados;
* Treino de Mediadores de Conflitos de Terras, realizado em 3 distritos (Liquiçá, Aileu e Manatuto), para os líderes comunitários. 60 participantes;
* Sistema de Registo de Títulos, Portugal, 2011. 14 participantes;
* Global Mapping, Singapura, 2011. 1 participante;
* Formação Cadastral, Díli, 1 participante;
* Formação de GIS no Japão, 2011, 1 participante.

**Formação específica na área dos serviços prisionais:**

* Formação de 6 formadores (guardas prisionais) que actual directamente na organização (logística, orçamento, etc.) das actividades de reinserção social na prisão de Becora (2007);
* Curso de Técnicas especiais para lidar com prisioneiros de alto risco, 48 guardas prisionais;
* Programa de Formação de 6 meses sobre operacionalidade e gestão dos serviços prisionais, versando questões como segurança, emergência e primeiros socorros, técnicas de controlo e gestão de incidentes (Outubro 2009);
* Formação em Liderança, incluindo elaboração de relatórios, gestão financeira e direitos humanos, para 18 funcionários (gestores) das prisões de Becora e Gleno;
* Visita de estudo sobre Gestão Prisional, Austrália, 4 gestores das prisões;
* Curso de Segurança Geral nas Prisões e Resposta de Emergência que contou com a participação de 48 funcionários (em 2008), 99 (em 2009) e 97 (em 2010);
* Curso de Formação de Lideranças no Sistema Prisional para 10 funcionários da DNSPRS, realizado em Adelaide, pelo Departamento de Correcção Prisional da Austrália (Outubro/Novembro de 2011);
* Curso de capacitacao para 50 guardas prisionais sobre o trabalho especifico com reclusos do sexo feminino (a iniciar em Junho de 2012);
* Curso de capacitacao para 50 guardas prisionais sobre o trabalho especifico com reclusos que apresentam problemas mentais (a iniciar em Junho de 2012);
* Curso de capacitacao para 50 guardas prisionais sobre o trabalho especifico com reclusos adolescentes (a iniciar em Junho de 2012).

**Formação em Língua Portuguesa:**

* Cursos de formação em Língua Portuguesa para magistrados, defensores públicos e advogados privados, duração aproximada 4 meses;
* Curso de formação em Língua Portuguesa, com a duração aproximada de 4 meses, para os futuros auditores da Câmara de Contas, Maio a Setembro de 2011 - 8 participantes;
* Curso de formação em Língua Portuguesa para os futuros investigadores estagiários, com a duração aproximada de 4 meses, Agosto a Dezembro de 2011 - 51 participantes;
* Formação preparatória em Língua Portuguesa para os oficiais de justiça, iniciou-se em Setembro de 2011, duração aproximada 4 meses - 30 formandos;
* Curso de Língua Portuguesa para os funcionários do Ministério da Justiça. Concluíram o curso com aproveitamento 8 pessoas (nível 1), 1 pessoa (nível 2) e 4 pessoas (nível 3);
* No final de 2010, início de 2011, todos os funcionários do Ministério da Justiça (à excepção daqueles que ocupam funções de guardas prisionais e que têm sido alvo de acções específicas) foram submetidos a exames de aferição de português. Desde Fevereiro último, a título facultativo, são ministradas aulas de português de diversos níveis aos funcionários, verificando-se já melhorias significativas;
* Foi também lançadas as bases para a celebração de um protocolo com a Universidade de Coimbra, ao abrigo do qual 15 funcionários do Ministério da Justiça frequentaram em 2010, nesta Universidade, o curso de formação intermédio e avançado em Língua Portuguesa.

**Formação em Administração Pública e Direito:**

* Mestrados e Licenciaturas nas Universidades da Indonésia (2008/2009) – 13 funcionários do Ministério da Justiça frequentaram e concluíram os seus cursos nas áreas de Gestão e Administração Pública;
* Formação em Aprovisionamento (2010)- realizadas 2 sessões de formação prática, no Ministério da Justiça, com os seguintes objectivos: apresentação do programa-modelo de concurso público, fases do concurso, competências do júri e caso prático de aplicação de critérios de avaliação. 9 participantes. Para além desta formação, os funcionários do aprovisionamento frequentaram as acções de formação ministradas pelo Ministério das Finanças;
* Formação essencial do Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), 2011 - 3 funcionários da Direcção Nacional de Terras e Propriedades e Serviços Cadastrais (DNTPSC);
* Actualmente 83 funcionários do Ministério da Justiça frequentam cursos de mestrado e de licenciatura na UNTL, Universidade da Paz (UNPAZ), Universidade de Dili (UNDIL) e no *Institute of Business* (IOB), nas áreas de administração pública, recursos humanos, gestão, economia, direito, relações internacionais e informática.

**Formação na área de informática e tecnologias de informação:**

* Formação de pessoal técnico de Tecnologias da Informação (TI) - formados mais de 25 técnicos de TI das instituições da Justiça, Ministério da Justiça, Tribunais, Procuradoria-Geral da República e Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). Esta formação visa desenvolver e capacitar os técnicos na concepção, manutenção e instalação de sistemas e serviços de TI;
* Formação de actores judiciários (defensores, juízes, procuradores, oficiais de justiça e pessoal administrativo) nos novos sistemas e aplicações informáticas, bem como nas ferramentas *Office,* na Internet, *E-mail* e *chat*. Estas formações foram todas ministradas em Tétum.

Pela primeira vez, tem sido realizado um *Curso de Indução* aos oficiais de justiça e procuradores internacionais que chegam a Timor-Leste, com o objectivo de facultar informação útil sobre os principais constrangimentos do sector da justiça e as necessidades em termos de capacitação. A UNDP21 preparou também um documento com *‘Linhas de Orientação’* 22 para ajudar os assessores internacionais na transferência de conhecimento e no reforço da capacitação técnica dos seus colegas nacionais.

**5. Infra-estruturas e Tecnologias de Informação**

No primeiro ano de Governo, a prioridade ao nível das infra-estruturas da Justiça foi para a reabilitação urgente dos estabelecimentos prisionais de Gleno e Becora, dado o avançado estado de degradação da prisão de Baucau, que acabou por ser encerrada. As melhorias efectuadas permitiram assegurar as condições físicas e de segurança de acordo com os padrões internacionais, tendo em vista designadamente prevenir a fuga de reclusos como aconteceu no passado (65 presos fugiram da prisão antes da sua reabilitação) e que, até à data, não se voltou a registar.

Actualmente, o Governo está empenhado em aumentar a capacidade dos estabelecimentos prisionais, estando em curso estudos nesse sentido. O Ministério da Justiça, com a colaboração do Programa da Justiça das Nações Unidas, está a desenvolver os projectos de reabilitação da Prisão Distrital do Suai e de criação de Este ecretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego com O Governo pretende ainda, assim que for possível e caso se justifique, criar instalações prisionais adequadas para mulheres e reclusos com problemas mentais.

Foi também dada prioridade à conclusão das obras herdadas do anterior Governo, nomeadamente o edifício-sede da Procuradoria-Geral da República e o edifício da Direcção Nacional das Terras e Propriedades, ambos concluídos em Fevereiro de 2009.

Já em 2011, foi concluído o edifício da Direcção Nacional de Registos e Notariado, que será alvo de pequenas melhorias (já projectadas) por forma a permitir um melhor atendimento ao público.

Foram executadas obras de reabilitação nos tribunais distritais, construídos os edifícios distritais da defensoria e procuradoria, melhoradas as residências existentes e construídas novas casas para alojamento de juízes, procuradores, defensores e guardas prisionais. Foram também construídos novos edifícios dos registos e notariado nos 13 distritos, prevendo-se o início em 2012 da construção de mais edifícios distritais para a re-instalação dos serviços de terras e propriedades.

Este esforço de descentralização é acompanhado da expansão da rede informática de modo a garantir que as instituições judiciárias e os serviços de Justiça tenham acesso permanente à *intranet* da justiça, à *internet* e a outras facilidades permitidas pelo uso das novas tecnologias de informação. Com o apoio da cooperação australiana, está também em curso a implementação de um sistema coordenado de gestão de processos judiciais (*case management system*), como forma de facilitar as tarefas dos operadores judiciários, melhorar o serviço e obter informação estatística fiável.

No período 2008-2012, o investimento nacional em infra-estruturas físicas e tecnologias da justiça totalizou o montante de 27 milhões de dólares americanos, tendo-se verificado uma enorme melhoria nas taxas de execução anual que variaram entre 61% e 97%.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | ORÇAMENTO DE CAPITAL E DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DA JUSTIÇA | | | | | |
| Anos / | 2006-2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Instituições |  |  |  |  |  |  |
| Ministério Justiça | 1,167,500 | 4,956,000 | 5,695,000 | 2,944,700 | - | 1,442,000 |
| Tribunais | 30,000 | - | - | - | - | - |
| PGR | 236,000 | 797,000 | 438,000 | 1,514,800 | 2,360,000 | 1,553,000 |
| F.Infra-Estruturas | - | - | - | - | 600,000 | 4,798,000 |
| Total | 1,433,500 | 5,753,000 | 6,133,000 | 4,459,500 | 2,960,000 | 7,793,000 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| *Variação %* |  | *301.3%* | *6.6%* | *-27.3%* | *-33.6%* | *163.3%* |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Total C&D 2008-2012 | |  |  | 27,098,500 |

Este investimento foi completado com a aquisição de diversos equipamentos, computadores e mobiliários para equipar os novos edifícios e as residências entretanto concluídas. Foram também compradas viaturas e motorizadas para facilitar o acesso e o transporte de e para os distritos. Para os serviços do Ministério da Justiça, incluindo Centro de Formação Jurídica e Defensoria Pública, foram adquiridos 29 carros e 56 motas. O Ministério da Justiça recebeu ainda, a título de doação, uma viatura e a Defensoria Pública recebeu 3 carros e 6 motorizadas, oferecidas pelos doadores, para apoiar os serviços distritais.

No período entre 2008 e 2011, foram concluídos os seguintes projectos físicos:

**Construção e reabilitação de edíficios do Ministério da Justiça**

* Reabilitação da Prisão de Gleno, Ermera;
* Reabilitação da Prisão de Becora, incluindo muros de segurança interior e exterior, Díli;
* Reabilitação do Centro de Formação da Prisão de Becora, incluindo instalação de novos telefones IP (VoIP), financiado pela UNDP;
* Reabilitação de 22 casas para Guardas Prisionais em Becora;
* Reabilitação de 7 casas para Guardas Prisionais em Gleno;
* Reabilitação de 4 Casas-de-Banho na Prisão de Becora;
* (DNTPSC)
* Construção da Vedação, Parqueamento e Jardim do Edifício Nacional da DNTPSC;
* Edifício Nacional de Direcção Nacional dos Registos e Notariados, Díli;
* Construção dos edifícios distritais dos Registos e Notariado de Ainaro; Baucau; Manatuto; Suai; Aileu; Ermera; Los Palos; Oecusse; Manufahi/Same; Bobonaro; Liquiça; Viqueque e Díli;
* Reabilitação do edifício da Defensoria Pública em Baucau;
* Reabilitação do edifício da Defensoria Pública em Oecusse;
* Reabilitação do edifício da Defensoria Pública no Suai;
* Ampliação do Centro de Formação Jurídica, com o objectivo de aumentar a capacidade do centro em termos de salas de formação e criar novas facilidades como a biblioteca, o centro de pesquisa e o auditório.

**Construção e reabilitação de edíficios dos Tribunais e PGR**

* Conclusão do edifício da Procuradoria-Geral da República, Díli (transitou do anterior Governo);
* Conclusão da Reabilitação do Tribunal Distrital de Díli (transitou do anterior Governo);
* Reabilitação menor do Tribunal de Recurso, Díli;
* Muro do Tribunal de Oecusse;
* Reabilitação do sistema eléctrico do Tribunal do Suai;
* Reabilitação da Residência do Juiz do Suai;
* Muro das casas dos Juízes do Suai;
* Reabilitação da Residência do Juiz do Oecusse;
* Reabilitação de duas Residências dos Juízes de Baucau;
* Reabilitação do Tribunal de Baucau;
* Reabilitação de 2 Casas dos Juízes do Suai;
* Construção de 4 Casas para Juízes no Oecusse;
* Construção de Casas para os Procuradores (financiado pela Justice Facility/AusAid - cooperação australiana);
* Reabilitação de Residência em Motael, Díli, Residência oficial do Presidente do Tribunal de Recurso.

Actualmente, encontram-se em curso os seguintes projectos físicos:

**Novos edifícios para o Ministério da Justiça**

* Novo edifício do Ministério da Justiça, Díli (em construção);
* Novo edifício da Polícia de Investigação Criminal, incluindo Laboratório de Polícia e heliporto, Díli (a decorrer concurso internacional para adjudicação da obra de construção);
* Instalação do Balcão único de atendimento para a constituição de empresas (SERVE), no edifício ACAIT, Díli (obra de adaptação em curso);
* Edifícios distritais da Direção Nacional de Terras e Propriedades (concurso público em preparação);
* Reabilitação da Prisão do Suai (projecto de arquitectura e especialidades concluído);
* Centro de Detenção de Jovens, Tíbar (em fase de projecto);
* Celas de detenção e alojamento para guardas prisionais nos distritos de Oecussi e Suai;
* Projecto de adaptação do estabelecimento Prisional de Gleno, para o atendimento dos reclusos do sexo feminino e doentes mentais, bem como criação de uma sala de atendimento para os técnicos de reinserção social e defensoria pública (obras a iniciar brevemente com o financiamento da UNDP);
* Construção de uma loja junto da prisão de Becora, com apoio da Cáritas Australia, com o intuito de viabilizar a venda dos produtos produzidos pelos reclusos durante as oficinas de criação artística coordenadas pelos formadores e técnicos de reinserção social; o desenho da loja está em fase de finalização, ao que se seguirão as obras;
* Novo edifício da Defensoria Pública, Díli (em fase de concurso para adjudicação do projecto arquitectura).

**Novos edifícios para os Tribunais e Ordem dos Advogados**

* Novo edifício para instalação do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas e Conselho Superior de Magistratura, Díli (projecto de arquitectura e especialidades concluído; aguarda abertura de concurso público internacional);
* Edifício para a futura Ordem dos Advogados de Timor-Leste (em fase de concurso para adjudicação do projecto de arquitectura).

**Tecnologia da Informação**

Presentemente, compete ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Tecnologias da Informação da Direcção Nacional de Administração e Finanças, assegurar as necessidades identificadas pelos Tribunais e pelo Ministério Público para a área das tecnologias de informação, até à integral formação da capacidade técnico-informática destas instituições. Além disso, compete igualmente a este Departamento apoiar as Direcções Nacionais e os organismos sob tutela do Ministério da Justiça no desenvolvimento e implantação de sistemas informáticos e na formação dos técnicos de TI (tecnologias da informação).

O esforço de descentralização dos serviços da Justiça tem sido acompanhado pela expansão da rede informática, de modo a garantir que as instituições judiciárias e os restantes serviços tenham acesso permanente à *intranet* da justiça, à *internet* e a outras facilidades permitidas pelo uso de sistemas informáticos e das novas tecnologias de informação.

Como forma de facilitar as tarefas dos operadores judiciários, melhorar o serviço e obter informação estatística fiável, o Sector da Justiça tem vindo a investir, na concepção, desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de gestão de informação para a Justiça, tendo-se alcançado até à presente data os seguintes resultados:

* Tribunais: estabelecimento da Unidade de TI, incluindo a selecção e formação de 6 técnicos. Definição de padrões na aquisição de equipamentos para a nova sala de servidores do Tribunal de Recurso, re-estruturação da sala de servidores existente nos Tribunais Distritais, e desenvolvimento do Sistema de Gestão de Processos Judiciais, com o apoio da Justice Facility/AusAid e PNUD. O sistema foi concluído pela companhia responsável em Fevereiro de 2012 (processo crime), tendo-se iniciado a instalação em Março de 2012. Prevê-se terminar em Abril de 2012, a parte do sistema respeitante ao processo civil.
* Procuradoria-Geral da República (PGR): estabelecimento da Unidade de TI da PGR, incluindo a selecção e formação de 8 técnicos de TI; definição de padrões para a aquisição de equipamentos para a nova sala de servidores; implementação do Sistema de Gestão de Inquéritos (SGI), já em uso nas procuradorias distritais de Díli, Baucau, Suai e Oecussi; distritos integrados com a base central em Díli.
* Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL): Apoio do departamento de TI na implementação do Sistema de Gestão de Investigação e Sistema de Gestão de Incidentes em uso nos Comandos Policiais em 13 distritos, e na formação dos oficiais da Unidade de TI da PNTL, bem como na implementação dos equipamentos e sala de servidores, de acordo com o mesmo padrão estabelecido pelo Ministério da Justiça.
* Defensoria Pública: estabelecimento da Unidade de TI, incluindo recrutamento de 5 técnicos informáticos; definição dos padrões para a construção da sala de servidores e apoio ao estabelecimento do Sistema de Gestão de Clientes, que já está em uso em Díli, com previsão de expansão para as Defensorias Distritais ainda em 2011.
* Prisões: O Sistema de Gestão de Prisioneiros está finalizado e em uso nos estabelecimentos prisionais de Gleno e Becora e na Direcção Nacional de Serviços Prisionais e Reinserção Social (DNSPRS) do Ministério da Justiça. Foram recrutados 2 técnicos informáticos. Actualmente, está em fase de preparação o sistema de gestão para os funcionários da DNSPRS, bem como a ampliação do sistema de gestão de reclusos. As informações da base de dados permitirão conhecer, por região, o perfil social, educacional, económico, psicológico e histórico criminal de cadar preso. Esta informação permitirá planear de forma mais consistente e estruturada os programas de reinserção social, quer dos reclusos dentro das prisões, quer dos que se encontram em liberdade condicional, permitindo igualmente elaborar laudos e pareceres de avaliação dos presos para efeitos das saídas temporárias, da concessão de indulto e de liberdade condicional. A informação disponível poderá também contribuir para desenvolver campanhas de prevenção da criminalidade junto da sociedade timorense, designadamente através de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais e organizar acções mais focalizadas e contextualizadas.

No que respeita ao desenvolvimento e implementação de sistemas informáticos nas Direcções e organismos do Ministério da Justiça e instituições judiciárias, é de realçar:

* Direcção Nacional dos Registos e Notariado (DNRN): Implementação dos sistemas informáticos, que incluem Sistema de Gestão de Informação Demográfica e Registo Público. Está em curso, o processo de digitalização de todos os arquivos fisicos da DNRN, incluindo definição de equipamentos, processos e recursos humanos necessários.
* Centro de Formação Jurídica (CFJ): Foram desenvolvidos dois sistemas de apoio à gestão do CFJ: Sistema de Gestão de Alunos, que visa automatizar e armazenar dados sobre as formações, informações académicas, perfil dos estudantes, etc.; Sistema para Controlo de Catálogo de Biblioteca, utilizado pela bibliotecária para gerir todo o acervo de livros do CFJ, incluindo empréstimos, devoluções e necessidades de novas aquisições.
* Direcção Nacional de Terras e Propriedades (DNTPSC): Encontra-se em fase de transição os sistemas e infra-estruturas do projecto “*Ita Nia Rai*” para o Ministério da Justiça, que inclui a formação de pessoal técnico nas tecnologias e nos sistemas utilizados pela DNTPSC, para que a supervisão dos mesmos possa ser feita de forma efectiva.
* Secretariado de Planeamento: desenvolvimento de um banco de dados e de um sistema de Monitorização das Actividades do Plano Estratégico do Sector da Justiça, incluindo capacitação dos funcionários do secretariado neste sistema.
* Conexão à inistério da ustiça, designadamente:

- conexão entre os edifícios do Registo Civil em Oecussi, Maliana e Suai;

- conexão entre o edifício do CFJ e o Ministério da Justiça;

- conexão entre os edifícios dos Tribunais, Procuradoria e Defensoria Pública nos distritos quatro distritos judiciais (Dili, Baucau, Suai e Oecussi).

* Apoio no desenvolvimento e lançamento dos *websites* das instituições da Justiça, como forma de promover a transparência e o acesso à informação por parte do cidadão:

- Ministério da Justiça: [www.mj.gov.tl](http://www.mj.gov.tl);

- Ministério Público: [www.mp.tl](http://www.mp.tl);

- Tribunais: [www.tribunais.tl](http://www.tribunais.tl);

- Jornal da República: [www.jornal.gov.tl](http://www.jornal.gov.tl).

* Organização de diferentes cursos de formação na área das tecnologias informáticas, como forma de fortalecer as capacidades de TI no sector da Justiça e de garantir a sustentabilidade na implantação e funcionamento dos sistemas informáticos (vd. capítulo 4):
* Com base na Resolução do Governo no. 14/2011, de 15 de Maio, que atribuiu ao Ministério da Justiça a competência para recrutar e formar técnicos de TI para o sector da Justiça, está em curso o processo de recrutamento e selecção de 30 novos técnicos, que irão frequentar formação específica e serão distribuídos pelas direcções e instituições da Justiça de forma a apoiar os sistemas existentes e novos sistemas em desenvolvimento.

O Ministério investiu também no desenvolvimento de um avançado plano de cópias de segurança (*backup*) e recuperação de desastres de TI, para garantir efectivamente a segurança da informação e a continuidade dos serviços de TI no Sector da Justiça.

**6. Acesso à Justiça**

**6.1. Acesso à Justiça. O papel da Defensoria Pública**

O acesso à justiça e aos tribunais, para além de constituir uma consideração primordial que decorre das obrigações constitucionais e internacionais do Estado Timorense neste domínio, constitui hoje um dos seus mais interessantes desafios. O Estado de Direito e o seu processo de consolidação depende, em muito, da garantia de um acesso ao direito e à justiça por parte da maioria da sua população que, a aliar à pobreza e aos baixos índices de alfabetização, desconhece os seus direitos e a forma de os defender e fazer valer no âmbito de um sistema de justiça formal.

Por sua vez, o acesso ao direito e aos tribunais depende, em última instância, do funcionamento da sociedade e do Estado. Nesta matéria, o princípio da universalidade preside à política governamental adoptada, no respeito pelo direito fundamental de acesso aos tribunais e à justiça, consagrado no artigo 26° da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, traduzido na possibilidade de recurso pelos cidadãos, em condições acessíveis, a serviços públicos ou de responsabilidade pública de informação jurídica e de patrocínio jurídico.

A criação da Defensoria Pública foi ditada pela necessidade de garantir o amplo acesso de todos os cidadãos aos tribunais e à justiça, em particular dos mais necessitados. O interesse social foi, uma vez mais, erigido em princípios orientadores e essenciais à boa administração da justiça, traduzindo-se a Defensoria Pública na concretização da ideia de um verdadeiro serviço público vocacionado para garantir o acesso ao direito.

A Defensoria Pública tem assumido uma importante função na consolidação do sistema de justiça formal no ordenamento jurídico timorense, através da prestação de assistência jurídica, integral e gratuita, judicial e extrajudicial a todos os cidadãos que não disponham de meios para fazer face aos custos da justiça. Os serviços da Defensoria estão disponíveis nos 4 distritos judiciais e, apesar dos constrangimentos ainda presentes, funcionam em moldes aceitáveis.

Em 2011, 5 novos defensores públicos tomaram posse, o que significou um aumento de quase 50% do quadro de profissionais, permitindo garantir a desconcentração e um melhor funcionamento dos respectivos serviços. Actualmente, a Defensoria conta com 16 defensores públicos e 23 oficiais de justiça timorenses, para além do apoio de defensores internacionais. Apesar disto, o número destes profissionais é, face às necessidades, ainda reduzido e o seu grau de especialização relativamente baixo. Estas dificuldades, aliadas ao desconhecimento por parte de muitos cidadãos dos serviços assegurados pelo sistema de Justiça, denunciam, cada vez mais, a importância do desenvolvimento de uma abordagem integrada de assistência jurídica e apoio judiciário, envolvendo defensores públicos e advogados privados, enquanto agentes da boa administração da justiça.

Reconhecendo o acesso à justiça e aos tribunais como um dos valores fundamentais do sistema de justiça, o Governo prepara um modelo misto de assistência jurídica e apoio judiciário: a par do regime específico de apoio jurídico gratuito e universal prestado pelos defensores públicos, pretende abrir-se o sistema de acesso aos tribunais à participação dos advogados privados. Com tais medidas, pretende-se estimular uma classe em desenvolvimento e garantir que qualquer cidadão possa recorrer a um advogado da sua confiança, por si escolhido, para o exercício ou defesa dos seus direitos.

A Defensoria pública iniciou também um sistema móvel ou itinerante de prestação de assistência jurídica nas localidades em que não existe Defensoria Pública. Pretende-se assim chegar às populações mais carenciadas que, em razão da distância, dificuldade de transporte ou dificuldades económicas, não conseguem aceder ao sistema de justiça formal. O defensor público desloca-se regularmente a locais remotos, atendendo a população, mediando conflitos e/ou levando o caso até ao Tribunal competente.

Por outro lado, com a criação, em 2008, do Conselho Superior da Defensoria Pública, e a posterior nomeação dos respectivos vogais, dá-se mais um passo fundamental para o reforço desta Instituição, permitindo promover uma melhor organização normativa e institucional e assegurar a avaliação dos agentes da Defensoria Pública e, por via disso, melhorar a qualidade dos serviços prestados diariamente à população.

**6.2. Promoção dos Direitos Humanos e de Cidadania**

Tendo presente o desconhecimento de uma parte ainda substancial da população sobre os seus direitos e deveres e sobre o funcionamento do sistema de justiça, têm vindo a ser desenvolvidas pelo MJ, em colaboração com os seus principais parceiros internacionais, várias iniciativas tendo em vista a divulgação de leis, justiça e direitos humanos, e a promoção do acesso à justiça, em particular dos cidadãos desfavorecidos e/ou a viver em zonas remotas e dos grupos mais vulneráveis. Entre essas iniciativas contam-se:

* Programa de acesso à justiça no Suai, tendo já sido estabelecida a comissão de acompanhamento, reuniões com a comunidade local, plano de trabalho e orçamento;
* Treino de mais de 100 Organizações da Sociedade Civil, em Díli e nos distritos, sobre governação e gestão;
* Programa de Subsídios às organizações da sociedade civil, com o apoio da cooperação australiana, tendo em vista apoiar as actividades de acesso à justiça, nomeadamente apoio às vítimas, apoio legal, redução da violência contra as mulheres e jovens, melhoria do acesso à informação sobre direitos humanos e justiça;
* Apoio à AATL – Associação dos Advogados de Timor-Leste, para efeitos de elaboração do plano estratégico, auto-regulação e administração23;
* Tribunais móveis: o tribunal do Suai desloca-se a Ainaro, Same e Maliana; o tribunal de Baucau desloca-se a Manatuto. Foi também realizado um julgamento em Los Palos e, no futuro, espera vir a realizar-se em Viqueque.
* Casas de abrigo para as vítimas, a funcionar no Suai, Saleli e Díli, por intervenção directa de organizações religiosas e da sociedade civil. Com o apoio do Governo, foi iniciado o processo de definição de critérios para a criação e funcionamento das casas de abrigo, tendo em vista, designadamente, assegurar condições de segurança, apoio médico e psicológico;
* Dinamização da Comissão Nacional dos Direitos da Criança, com a nomeação da respectiva Comissária Nacional em Setembro de 2009;
* Inquérito à Comunidade sobre a percepção da Justiça24;
* Preparação de uma política de justiça do género;
* Cooperação com as ONG e a Igreja para estabelecer um programa de acolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei;
* olícia Nacional de Timor-Leste (P)
* ,, 2010 e 2011

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

23 Com o apoio da AusAID (cooperação australiana), Asia Foundation e Avocats sans Frontiers

24 Com o apoio da Asia Foundation / USAID (cooperação americana)

* desde 2008 até à presente data
* 24 e anos subsequentes
* Realização do Workshop intitulado “*O Acesso à Justiça em Timor-Leste*”, realizado em 2010 pela Defensoria Pública, nos distritos de Baucau e Ainaro, com o objetivo de disseminar o sistema judicial formal e os mecanismos estatais que estão à disposição da população para a solução dos conflitos sociais, que contou com a participação de membros da Defensoria Pública, dos Tribunais, do Ministério Público e dos Advogados privados, a fim de explicar o papel de cada uma das instituições do sistema judicial formal e sua importância para a promoção do acesso à justiça;
* Desde 2009 e, com o apoio do PNUD, produção e distribuição de cerca de 5000 brochuras pela comunidade timorense, especialmente através das autoridades locais e organizações religiosas, inclusive por ocasião dos workshops. Estas brochuras foram criadas com o objetivo de informar os cidadãos sobre o funcionamento e o papel da Defensoria Pública esclarecendo à população sobre o direito de receber assistência judicial e extrajudicial gratuita e integral por parte do Estado;
* A revisão do Código das Custas Judiciais conta-se também entre as iniciativas que visam promover o acesso à justiça e garantir o direito de defesa, na medida em que se traduziu numa redução substancial das custas e taxas de justiça, fixando valores mais consentâneos com a realidade económico-financeira do país.

Paralelamente, foram realizadas, entre outras, as seguintes consultas públicas junto das comunidades e organizações da sociedade civil:

* Consulta pública sobre o esboço de leis da Justiça Juvenil (2008);
* Consulta sobre o anteprojecto do Código Penal (Setembro de 2008);
* Consulta sobre o anteprojecto do Código Civil (Novembro de 2008);
* Recolha de ideias para a futura legislação sobre o acesso à Justiça Formal e Tradicional (Fevereiro/Junho, 2009);
* Consulta alargada a nível nacional, em todos os distritos, sobre o anteprojecto da Lei de Terras (2009/2010);
* Consulta pública sobre o projecto do Código da Criança (2009/2010).

Especificamente junto da população prisional, realizaram-se as seguintes acções:

* Actividades continuadas de alfabetização e formação vocacional de reclusos (rota, *tais*, carpintaria, alfaiataria, costura, pedreiro, lavandaria, informática), com o objectivo de facilitar a reintegração na vida das comunidades;
* Aulas de português básico (Becora) e aulas de inglês básico (Gleno);
* Cursos continuados de informática para os reclusos da prisao de Becora;
* Formação continuada em HIV/AIDS dos reclusos, tendo em vista informar, prevenir e melhorar a saúde dos mesmos;
* Acções de formação e sensibilização dos Guardas Prisionais para os Direitos Humanos dos reclusos;
* Apoio legal aos reclusos, assegurado pelos defensores públicos, semanalmente;
* Apoio médico em Becora e Gleno, substancialmente melhorado com o apoio da PRADET e com a instalação nos centros de saúde de equipamento informático;
* Formação para os reclusos sobre gestão de emoções e controlo da violência realizada em 2010 e 2011, em parceria com a UNFPA25 e a SEPI26;
* Curso realizado em Dezembro de 2011, para os reclusos de Gleno, sobre manuseamento e cuidados agrícolas, em parceria com a UNMIT27, FAO28, UNDP29 e o Ministério da Agricultura e Pescas;
* Curso de gestão de negócios e pequenas empresas, resultante de uma parceria estabelecida com os centros de formação profissional (a iniciar em Agosto de 2012).

Livros e outra documentação produzida:

* Código do Processo Penal, distribuído aos membros da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e Forças Armadas (F-FDTL) e aos operadores Judiciários (edição bilingue, Português e Tétum, 2008);
* Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), distribuído aos cidadãos em geral e aos profissionais legais (edição bilingue, Português e Tétum, 2009);
* Código do Processo Civil (Português e Tétum);

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

25 United Nations Population Found

26 Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade

27 United Nations Integrated Mission in Timor Leste

28 Food and Agriculture Organization of the United Nations

29 United Nations Development Programme

* Código Penal - tradução para Tétum finalizada e apresentada em sessão pública (Fevereiro de 2010);
* Revista do Ministério da Justiça, com duas edições publicadas (2008/2009);
* Brochuras da Defensoria Pública e dos Direitos Humanos;
* Desenvolvimento, concepção e actualização dos *websites* do Ministério e das instituições da Justiça tendo em vista promover a transparência e disponibilizar informação útil ao cidadão (vd. capítulo 5).

No quadro dos Direitos Humanos e de Cidadania, é ainda de realçar a integração no Ministério da Justiça da Assessoria para os Direitos Humanos operada pela Lei Orgânica do IV Governo Constitucional, organicamente transformada em Direcção Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania (DNDHC), passando a ser o serviço responsável pela aplicação e pelo cumprimento dos Direitos Humanos, pela divulgação e implementação da legislação produzida no Ministério da Justiça e pelo esclarecimento público dos direitos e deveres dos cidadãos.

O Ministério da Justiça, através da DNDHC, tem vindo a coordenar uma equipa interministerial encarregue da elaboração periódica do Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos em Timor-Leste. O relatório *Universal Periodic Review* (UPR), apresentado em Genebra pela Ministra da Justiça, em Outubro de 2011, tem por objectivo dar cumprimento às obrigações internacionais decorrentes no número 15 (a) do Anexo da Resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (NU). A sua elaboração, que teve em conta as regras gerais de preparação e informação constantes da Resolução 6/102 do referido Conselho, beneficiou de uma ampla participação da sociedade civil, comunidade internacional e especialistas em Direitos Humanos. Foram feitas consultas públicas em 7 dos 13 distritos de Timor-Leste, com a participação de membros representativos da comunidade local, incluindo mulheres e crianças. O processo de consulta culminou com a realização de uma consulta nacional em Dili.

O 2º. Relatório UPR de Timor -Leste foi apresentado em Conselho de Ministros em 8 de Fevereiro de 2012 e em Genebra em Março de 2012. Este relatório incidiu sobre as Recomendações do Conselho dos Direitos Humanos das NU elaboradas na sequência do 1º relatório.

O Ministério da Justiça coordenou ainda a preparação e apresentação do Relatório apresentado em em , e participou, em colaboração com a SEPI30, na preparação do apresentado , em

Timor-Leste é um dos exemplos no mundo em que a determinação do seu povo permitiu construir um Estado de Direito baseado nos princípios democráticos e no respeito pelos direitos humanos. Como exemplo disso, Timor-Leste ratificou diversas Convenções internacionais sobre direitos humanos imediatamente a seguir à adopção da Constituição da RDTL.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

30 Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade

**6.3. Reforço dos Direitos de Propriedade**

A terra tem um papel fundamental para a sustentabilidade e para o desenvolvimento social e económico de Timor-Leste.

Os conflitos que marcam a história recente levaram à existência de um grande número de refugiados, deslocados internos, destruição de património, perda de registos prediais existentes e sobreposição de ordenamentos jurídicos. Todos estes factores levaram a que se vivesse na completa incerteza quanto à titularidade dos bens imóveis em Timor-Leste, com as consequências sociais e económicas que facilmente se podem aferir.

A regularização da propriedade em Timor-Leste é, assim, uma das principais prioridades do Ministério da Justiça, tal como consta do seu plano estratégico 2011-2030.

Tal regularização é feita em duas frentes: por um lado, a criação de uma base legislativa sólida e adequada à realidade timorense, que crie procedimentos e critérios justos para uma correcta determinação dos direitos de propriedade; por outro lado, o levantamento cadastral sistemático de modo a serem identificadas as parcelas de terras e os respectivos proprietários, através de um processo público de reclamação de terras e publicações, que garantem a necessária segurança, transparência e publicidade.

Assim, ona sequência do MoU (Memorando of Understanding) assinado com a cooperação americana (ID)*,* que tem como objectivo criar um sistema nacional de levantamento cadastral que permite a recolha de dados para a identificação de bens imóveis e dos seus titulares. Tais dados servem de base à criação do registo predial, o qual se iniciou com a entrada em vigor do Decreto-Lei 27/2011. Este programa tem ainda como preocupação a transparência do processo e a integridade dos dados recolhidos. Assim, fazem parte do processo de recolha de dados, reuniões comunitárias, afixação pública de mapas de parcelas e seus declarantes e uma forte componente de informação pública.

Em Novembro de 2011, o Ministério da Justiça assumiu formalmente a responsabilidade deste projecto, tendo contratado 196 funcionários, anteriormente empregados pela USAID, e passando a suportar financeiramente as despesas operacionais. A infra-estrutura principal da base de dados das reclamações de terras foi desenvolvida e está a funcionar.

Até à presente data foram alcançados os seguintes resultados:

* O processo de recolha de dados decorre nos 13 distritos: Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli, Ermera, Lautem, Liquiça, Manatuto, Manufahi, Oecussi e Viqueque;
* Até Abril de 2012, foram recolhidas 55713 declarações, correspondentes a 51238 parcelas identificadas.

**Dados do levantamento cadastral - Abril 2012**

**Parcelas de terras identificadas nos 13 distritos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISTRITOS** | **TOTAL PARCELAS** | **TOTAL RECLAMAÇÕES** |
| Ainaro | 413 | 472 |
| Aileu | 955 | 1.160 |
| Baucau | 2.007 | 2.179 |
| Bobonaro | 3.799 | 4.490 |
| Covalima | 2.759 | 2.971 |
| Dili | 30.384 | 32.533 |
| Ermera | 817 | 854 |
| Liquiçá | 1.996 | 2.324 |
| Lautem | 2.006 | 2.324 |
| Manufahi | 416 | 427 |
| Manatuto | 1.430 | 1.499 |
| Oecusse | 4.114 | 4.299 |
| Viqueque | 142 | 181 |
| **TOTAL** | **51.238** | **55.713** |

* Os dados recolhidos, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei 27/2011, de 6 de Julho, são sujeitos a republicação oficial para validação dos mesmos. Foram já feitas publicações ou republicações de dados em todos os distritos, com excepção do distrito de Viqueque (a iniciar brevemente);
* De acordo com os dados até agora alcançados, apenas 9% das parcelas são disputadas por mais do que um declarante. Estes números são encorajadores, pois demonstram que a conflictualidade relativamente à propriedade de bens imóveis não é tão elevada como se previa à partida;
* As campanhas de informação pública (rádio e televisão), para dar a conhecer o processo de publicação e de atribuição dos certificados de propriedade, e as actividades de facilitação de mediação e prevenção de disputas terão contribuído para a redução do número de disputas. Foram também produzidos vários materiais de informação, entre os quais 4 vídeos que se encontram disponíveis no site do projecto e no ‘youtube’

(http://itaniarai.mj.gov.tl/eng/index.html e [www.youtube.com/user/itaniarai](http://www.youtube.com/user/itaniarai))

**Total de Parcelas de Terras e Disputas**

**Percentagem de Disputas de Terras por distrito**

* A legislação de terras está concluída e aguarda reconfirmação por parte do Parlamento Nacional. Entretanto, para facilitar a validação dos dados recolhidos pelo levantamento cadastral, o Governo aprovou o Decreto-Lei 27/2011, de 6 de Julho, somente aplicável aos casos não disputados;
* Desde 10 de Dezembro de 2011, data da cerimónia da entrega simbólica dos primeiros 15 certificados de propriedade referentes a 3 distritos (Ainaro, Manatuto e Liquiçá), e até à presente data, já foram atribuídos 2952 certificados de registo de propriedade a cidadãos timorenses, nos termos do Decreto-Lei 27/2011, número que vai aumentando diariamente à medida que vão sendo feitas as republicações.

**Certificados de Propriedade por distrito**

|  |  |
| --- | --- |
| **DISTRITOS** | **CERTIFICADOS** |
| Ainaro | 279 |
| Aileu | 0 |
| Baucau | 97 |
| Bobonaro | 118 |
| Covalima | 0 |
| Dili | 0 |
| Ermera | 0 |
| Liquisa | 1291 |
| Lautem | 0 |
| Manufahi | 0 |
| Manatuto | 1154 |
| Oecusse | 13 |
| **Total** | **2952** |

Tendo em conta a realidade timorense, de forte cariz rural e comunitário, foi ainda realizado, em estreita colaboração com o Banco Mundial, um estudo sobre terras comunitárias e as diferentes opções políticas para a sua regulamentação. Tal estudo envolveu a participação de vários peritos de renome internacional, com larga experiência em Timor-Leste. Foram ainda realizados vários *workshops* com a sociedade civil e os diferentes intervenientes neste tema. O resultado final foi a produção de um documento de opções políticas (*Policy Options Paper*) 31, ao qual se pretende agora dar continuidade através de novos estudos e consultas, que culminarão com a necessária e adequada legislação para a regularização das terras comunitárias.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

31 <http://siteresources.worldbank.org/INTJUSFORPOOR/Resources/PolicyOptionsPaper.pdf>

**7. Financiamento do Sector**

A conjuntura político-económica favoreceu, nos últimos cinco anos, o crescimento substancial do orçamento do sector da Justiça. O orçamento do sector mais do que duplicou de 2006-2007 para 2008 - de 6,5 milhões de dólares passou para 14,2 milhões. Em 2009 situou-se nos 18,5 milhões de dólares, representando um novo aumento de 30%; em 2010 e 2011 registou-se idêntico nível de financiamento do sector.

Em 2012, volta a registar-se um aumento do orçamento afecto ao sector da Justiça superior a 50%, por força da necessidade de financiar os encargos com a formação e capacitação dos recursos humanos nacionais através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), as despesas com o projecto ‘’*Ita Nia Rai*’’ (levantamento cadastral), cuja gestão passou para o Ministério da Justiça em Novembro de 2011, bem como os projectos de construção dos novos edifícios do Ministério da Justiça e da Investigação Criminal.

**Orçamento do Sector da Justiça**32

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | ORÇAMENTO ANUAL | | | | | | | |
| Anos / | 2006-2007 | 2007 Tr. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Instituições |  |  |  |  |  |  |  | |
| Ministério Justiça | 4,644,000 | 1,903,000 | 9,791,000 | 12,784,000 | 11,899,556 | 7,969,000 | 11,870,000 | |
| Tribunais | 1,304,000 | 645,000 | 2,131,000 | 2,214,000 | 2,577,000 | 2,556,000 | 2,789,250 | |
| PGR | 526,000 | 170,000 | 2,248,000 | 3,469,000 | 4,024,502 | 5,427,000 | 4,291,000 | |
| FDCH | - | - | - | - | - | 1,890,000 | 4,921,323 | |
| F.Infra-estruturas | - | - | - | - | - | 600,000 | 4,798,000 | |
| Total | 6,474,000 | 2,718,000 | 14,170,000 | 18,467,000 | 18,501,058 | 18,442,000 | 28,669,573 | |
|  |  |  |  |  |  |  |  | |
| *Variação %* | *-* | *-* | *118.9%* | *30.3%* | *0.2%* | *-0.3%* | *55.5%* | |
|  |  |  |  |  |  |  |  | |
|  |  | Total Orçamento Sector da Justiça (2007 Tr. a 2012) | | | |  | 100,967,631 | |
|  | | | | |  |  | |  | |  |



\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

32 Fontes: Ano Fiscal 2006-2007. Relatório Financeiro Anual e Contas. Ministério das Finanças/Direcção Nacional do Tesouro (MF/DNT); Período de Transição de 2007. Relatório Financeiro e Contas. MF/DNT; Ano Fiscal de 2008. Annual Consolidated Financial Statements & Accounts. MF/DNT; Ano Fiscal de 2009. Declarações Financeiras Consolidadas Anuais. MF/DNT; Ano Fiscal de 2010. Relatório de Execução Orçamental do 4o. Trimestre. MF/DNT; Ano Fiscal de 2011. OGE 2011 Lei 1/II, de 14/2, Livros 4A e 4B, e Freebalance de 27/12/2011 (dados provisórios de execução); Ano Fiscal de 2012. Proposta OGE 2012. Freebalance de 21/03/2012. Dados do MJ ref. execucao FDCH e FI a 21/3/2012. O orçamento anual final = Orçamento inicial + Orçamento rectificativo. O orçamento de 2007 Tr. é o relativo ao período transitório de 6 meses (Julho a Dezembro de 2007).

As taxas de execução no sector da Justiça registaram também, nos últimos cinco anos, uma melhoria muito significativa, situando-se entre os 80% e os 90%, correspondentes a pagamentos efectivos (de acordo com o método de caixa), ao invés do que aconteceu até 2007, inclusive, em que as taxas de execução não reflectiam despesa efectiva, uma vez que eram tidos também em conta os compromissos financeiros.

**Execução do Orçamento do Sector da Justiça**33

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL33 | | | | | | |
| Anos / | 2006-2007 | 2007 Tr. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Instituições |  |  |  |  |  |  | (até 21/3) |
| Ministério Justiça | 3,763,058 | 1,702,195 | 9,221,000 | 10,478,000 | 11,202,530 | 7,557,298 | 2,086,240 |
| Tribunais | 873,484 | 530,770 | 1,274,000 | 1,545,000 | 1,896,338 | n/a | 289,254 |
| PGR | 471,895 | 152,338 | 2,184,000 | 2,460,000 | 2,220,946 | n/a | 2,398,394 |
| FDCH | - | - | - | - | - | 1,734,359 | 2,676,216 |
| F.Infra-estruturas | - | - | - | - | - | 600,000 | 2,090,000 |
| Total | 5,108,437 | 2,385,303 | 12,679,000 | 14,483,000 | 15,319,814 | 9,891,657 | 9,540,104 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| *Taxas Exec.* | *79%* | *88%* | *90%* | *78%* | *83%* | *n/a* | *33%* |

As receitas geradas pelo Ministério da Justiça têm igualmente registado uma tendência de crescimento, ultrapassando actualmente os 3 milhões de dólares. Esta tendência demonstra uma melhoria na eficácia dos serviços públicos geradores de receita, reflectindo igualmente os efeitos de um aumento do lado da procura (p.e. passaportes).

**Receitas do Sector da Justiça**34

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | 34 | | | | | | | | | | |
|  |  | . | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | |  | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | | | | | | |  | |  |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

33 Fontes: vd. nota rodapé anterior

34 Receitas efectivas (cobradas); receitas dos RN incluem registo de empresas, BI e passaportes.



Paralelamente, foi possível obter, por parte dos doadores internacionais, financiamento adicional, canalizado sobretudo para apoiar o desenvolvimento e capacitação institucional, a formação e qualificação de recursos humanos e a melhoria do acesso à justiça (vd. capítulo 8).

**8. Cooperação Internacional**

Como já foi referido, com a tomada de posse do IV Governo Constitucional, o sector da Justiça tornou-se numa das prioridades nacionais, tendo o poder político e a comunidade internacional reconhecido tratar-se de um sector crucial para assegurar os princípios do Estado de Direito Democrático e a estabilidade e desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o Ministério da Justiça celebrou diversos protocolos de cooperação e memorandos de entendimento com vários doadores internacionais e agências da ONU, que se mostraram muito benéficos no desenvolvimento do sector, permitindo designadamente assegurar o financiamento e a assistência técnica necessárias à implementação das diversas actividades e projectos.

Entre os principais programas e parceiros internacionais, salientam-se:

* UNDP/JSP – Programa para o Reforço do Sistema de Justiça de Timor-Leste35, 2008-2013, $US 30,495,000, vocacionado para a capacitação das instituições judiciárias, formação e qualificação dos profissionais do sector da Justiça.
* Justice Facility/AusAid36,2008-2013, $A 28,000,00. Apoiou o processo de elaboração do Plano Estratégico do Sector da Justiça; apoia o programa de acesso à justiça no Suai, a definição de uma Política de Justiça baseada no Género e o estabelecimento da futura Ordem dos Advogados timorenses; criou o programa de subsídios às ONGD e presta assistência técnica na implementação do *Case Management System*.
* UNMIT37. Através da sua unidade de apoio à administração da Justiça, a UNMIT apoiou a realização do *Independent Comprehensive Needs Assessment* (ICNA) (2009) e do Plano Estratégico do Sector da Justiça e participa no grupo das Prioridades Nacionais. Além disso, presta assessoria técnica aos serviços prisionais e tem apoiado as actividades de divulgação e seminários organizados pelo MJ disponibilizando os serviços da unidade de interpretação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

35 Título original: United Nations Development Programme - Enhancing the Democratic Rule of Law through Strenghtening the Justice System in Timor-Leste (revised Justice System Programme). O financiamento inicial deste programa ($US 30 milhões) sofreu uma redução substancial devido à presente crise financeira internacional.

36 Título original: ETJSSF East Timor Justice Sector Support Facility, Agência Australiana para o Desenvolvimento

37 United Nations Integrated Mission in Timor Leste

* Protocolo tripartido entre o Ministério da Justiça de Timor-Leste, o Ministério da Justiça de Portugal e o PNUD, para efeitos de disponibilização de magistrados portugueses, Agosto de 2008.
* Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Justiça de Timor-Leste e de Portugal, para a formação de profissionais de Justiça e disponibilização de peritos, Agosto de 2008.
* Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) - assegura assessoria jurídica ao Ministério da Justiça através de dois agentes de cooperação, bem como apoio ao Gabinete da Ministra com um assessor. Para além disso, até 2011 inclusive, disponibilizou uma contribuição financeira anual para o programa do PNUD de 1 milhão de dólares.
* Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Justiça de Timor-Leste e de Portugal no domínio da cooperação técnica e formação nas áreas da investigação criminal, medicina legal e outras ciências forenses, Novembro de 2008, ao abrigo do qual a Polícia Judiciária Portuguesa presta assistência técnica no processo de criação de uma polícia de investigação criminal em Timor-Leste.
* Memorando de Entendimento entre o Ministério da Justiça de Timor-Leste e o Tribunal de Contas de Portugal, para a cooperação e assistência técnica ao projecto de criação e implementação da Câmara de Contas de TL, Novembro de 2008.
* Acordo bilateral de Cooperação com Macau, assinado em Novembro de 2008. O protocolo específico de cooperação para as áreas do Registo e Notariado e formação técnica de operadores judiciários, que define e aprova os montantes de financiamento, aguarda aprovação da parte de Macau.
* Estreitamento de laços de cooperação entre as Defensorias Públicas do Brasil e de Timor-Leste, designamente para efeitos de formação de defensores públicos. Anualmente tem sido celebrados Acordos de Cooperação Técnica com a ABC - Agência Brasileira de Cooperação, o último dos quais foi assinado em 14 de Janeiro de 2012.
* Acordo assinado em Junho de 2008 com a USAID (Cooperação Americana), relativo ao projecto *Ita Nia Rai* -Strengthening Property Rights, que assegurou a assistência técnica ao levantamento cadastral até Novembro de 2011.
* Banco Mundial, com financiamento da AusAID38 de 1,7 milhões de dólares para o período 2009-2013 - tem prestado assistência nas questões de terras, em particular no âmbito das terras comunitárias.
* GTZ/GIZ39 - apoio na elaboração e discussão pública da lei sobre a Justiça Tradicional.
* Asia Foundation - apoio nas actividades de disseminação de leis e direitos e na consulta pública sobre a lei do apoio judiciário/acesso aos tribunais.
* Memorando de Entendimento com a IFC – International Finance Corporation, que prevê o apoio técnico ao registo comercial, Outubro de 2009.
* Planos de Acção Anual acordados com a UNICEF40, para apoiar o processo de elaboração e discussão pública da lei da Justiça Juvenil, Código das Crianças e o Registo de nascimento. No período 2007-2011 o apoio financeiro da Unicef nas referidas áreas foi de $US 1,279.176.
* Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Advogados Portugueses em matéria de formação de advogados e de advogados estagiários, Setembro 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

38 Agência Australiana para o Desenvolvimento

39 Cooperação Alemã

40 Fundo das Nações Unidas para a Infância

**9. Conclusão**

Quando o actual Governo iniciou funções, em Agosto de 2007, a situação no sector da Justiça em Timor-Leste encontrava-se bastante fragilizada e longe de dar respostas às necessidades do país.

As estruturas físicas, nos diversos sectores da justiça, eram antigas, provisórias, ou muitas vezes apenas ruínas, que impediam o regular funcionamento das instituições, de forma eficaz e condigna. Os serviços careciam de equipamentos, de sistemas de informação, de viaturas para se deslocarem aos distritos. O número de profissionais a trabalhar no sector da Justiça era extremamente diminuto face às necessidades. Algumas profissões jurídicas não estavam reguladas (p.e. conservadores e notários, advogados privados) ou careciam de revisão (defensores públicos); não existia um estatuto remuneratório específico para os profissionais do foro. Muitas leis fundamentais para o funcionamento de um Estado de Direito Democrático e do sistema de justiça não existiam; outras leis, importadas directamente do estrangeiro, estavam completamente desfazadas da realidade timorense.

Desde Agosto 2007 até à presente data, foram terminados diversos edifícios para os serviços do Ministério da Justiça, Tribunais, Procuradoria e Defensoria Pública, tanto a nível nacional, como a nível distrital. Os edifícios foram equipados e deu-se início a um processo de informatização de todos os serviços de Justiça, de modo a facilitar e agilizar o trabalho dos profissionais do sector e melhorar o atendimento e a prestação de serviços ao cidadão.

No plano legislativo, produziram-se diplomas fundamentais, reguladores de direitos e deveres dos cidadãos e do normal funcionamento do sistema de justiça, de que são exemplo o Código Penal e o Código Civil. Procedeu-se à revisão da estrutura orgânica e competências do Ministério da Justiça e seus órgãos e serviços e à aprovação ou revisão dos Estatutos dos profissionais judiciários. Pela primeira vez, estabeleceram-se sistemas remuneratórios para os magistrados, defensores públicos, oficiais de justiça e guardas prisionais, compatíveis com a dignidade e importância da função. Regulamentou-se o acesso e exercício a novas profissões, como os conservadores e notários e os advogados privados. Procedeu-se à revisão de inúmeros diplomas de modo a adequá-los ao contexto socio-económico do país, de que são exemplo a revisão do Código das Custas Judiciais e dos Códigos de Registo Civil, Comercial e Predial.

Ao longo do mandato do IV Governo Constitucional foi feito um enorme investimento na formação de funcionários e dos diferentes actores judiciais. O reforço do Centro de Formação Jurídica e da formação aí ministrada, bem como a participação nas mais diversas formações, ministradas em Timor-Leste e no estrangeiro, permitiram melhorar competências nas diferentes áreas.

Podemos afirmar com orgulho que temos agora mais e melhores juízes, procuradores, defensores públicos, advogados, oficiais de justiça e outros funcionários da Justiça. O número actual de profissionais da justiça é incomparavelmente maior ao que existia em 2007, antes do actual Governo tomar posse.

Por outro lado, lançaram-se novas iniciativas e projectos em áreas cruciais para o bom funcionamento do sistema de Justiça de Timor-Leste e para a consolidação de valores democráticos como a transparência e a eficiência e eficácia no gasto dos dinheiros públicos. Para o efeito, estabeleceram-se protocolos de cooperação com parceiros estratégicos, que permitiram lançar as bases para a criação e implementação de uma Instituição Superior de Controlo de Timor-Leste, a Câmara de Contas, com competências de fiscalização das contas públicas. Igualmente foi iniciado o processo tendente à criação de uma polícia de investigação criminal, altamente especializada e de cariz científico, de modo a que no futuro próximo se possam ultrapassar as deficiências que ainda persistem na área da justiça criminal. Em Agosto de 2012, 47 investigadores estagiários formandos pela Escola da Polícia Judiciária de Portugal, iniciarão funções em Timor-Leste.

Importa ainda salientar os esforços feitos para a resolução do difícil problema da propriedade da terra em Timor-Leste. A terra, como base da vida timorense, foi sempre uma das principais prioridades do Ministério da Justiça. Foram dados passos importantes, nunca antes dados nesta área. Iniciou-se o levantamento cadastral sistemático, com o objectivo de identificar as parcelas de terras e os respectivos proprietários, através de um processo de reclamações devidamente publicitado que garante a veracidade dos dados recolhidos e a segurança jurídica dos mesmos. Actualmente cerca de 60,000 parcelas de terras estão identificadas. Em 10 Dezembro de 2011, foram distribuídos simbolicamente os primeiros 15 certificados de propriedade (em casos não disputados). Desde então até à presente data foram emitidos mais de 3000 certificados.

Paralelamente, preparou-se um conjunto de legislação conhecido por *Lei de Terras*, objecto de uma alargada discussão pública que abrangeu todos os distritos, que actualmente aguarda confirmação do Parlamento Nacional.

A estabilidade que o país viveu nos últimos anos, o reforço do financiamento do sector, a coordenação das várias instituições intervenientes e o alinhamento dos programas de ajuda internacional com as prioridades do Governo, são também aspectos importantes, que contribuiram para se alcançar os resultados mencionados neste relatório.

Ciente dos desafios que o sector da Justiça ainda enfrenta, a esperança é a de que o próximo Governo, seja qual for a sua cariz política, reforce e dê continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos cinco anos, em prol de um sector da Justiça melhor, mais forte, capaz de ir ao encontro das necessidades do cidadão, em particular dos mais desfavorecidos, e de garantir os direitos e deveres consagrados na Constituição.

Um dos maiores desafios é, sem dúvida, o desenvolvimento das capacidades humanas. Só com pessoal devidamente formado, qualificado e experiente é que o sector da Justiça poderá consolidar-se e melhorar progressivamente a sua eficácia e eficiência. Não podemos, por isso, deixar o apelo para que se continue a investir na formação, sobretudo na qualidade e exigência. Desde os bancos da escola, às universidades, passando pela formação pós universitária, o sector da Justiça deve primar pela exigência que o futuro de Timor-Leste exige.

Por outro lado, há que dar continuidade à intensa actividade legislativa, de modo a suprimir as lacunas ainda existentes no nosso ordenamento jurídico, aprovando legislação moderna e adequada à sociedade timorense, e continuando o esforço nacional de consolidação e harmonização legislativa.

Os legados que ora se deixam deverão ser desenvolvidos na linha de orientação definida pelo Plano Estratégico para o Sector da Justiça. Este deverá ser lido, de uma forma dinâmica, e não apenas como um conjunto de metas fixas a atingir, procurando-se, em cada momento, ir ao encontro das reais necessidades do sector da Justiça e dos cidadãos enquanto beneficiários dos serviços prestados pelo Estado.

A construção de um Sistema de Justiça assente nos princípios do Estado de Direito Democrático, no respeito pela pessoa humana, na separação de poderes e na independência dos tribunais, um sistema de justiça a que qualquer cidadão possa ter acesso, independentemente da sua condição social ou económica, é uma tarefa grandiosa que requer tempo, recursos e a colaboração e empenho de todos.

1. Resolução do Governo no. 30/2010, de 2 de Junho [↑](#footnote-ref-2)
2. Decreto-Lei no. 12/2008, de 30 de Abril e Diplomas Ministeriais nos. 30/2009, 31/2009, 32/2009, 33/2009, 34/2009, 35/2009 e 36/2009,

   de 17 de Abril, publicados em 29 de Abril.

   [↑](#footnote-ref-3)
3. Despacho no. 02/2005/PM [↑](#footnote-ref-4)
4. Decreto-Lei no. 7/2007, de 5 de Setembro (Orgânica do IV Governo Constitucional) [↑](#footnote-ref-5)
5. Despacho Ministerial 151-A/GMJ/V/2008, de 14 de Maio [↑](#footnote-ref-6)
6. United Nations Development Programme (PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ) [↑](#footnote-ref-7)
7. United Nations Integrated Mission in Timor-Leste

   8 Fundo das Nações Unidas para a Infância [↑](#footnote-ref-8)